

Revista   
**Aeronáutica**

ISSN 0486-6274

Número 284  
2013



## PRESIDENTE

Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota

## 1º Vice-Presidente

Maj Brig Ar Márcio Callafange

## 2º Vice-Presidente

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes

Assessor Especial da Presidência  
Brig Ar Cezar de Barros Perlingeiro



# Expediente

Jun./Ago./Set.

2013



[www.caer.org.br](http://www.caer.org.br)  
[revista@caer.org.br](mailto:revista@caer.org.br)

ISSN 0486-6274

## SUPERINTENDÊNCIAS

### Sede Central

Brig Ar Guilherme Sarmiento Sperry

### Sede Barra

Ten Cel Int José Augusto Santana de Oliveira

### Sede Lacustre

Cel Int Antonio Teixeira Lima

## CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

## CONSELHO FISCAL

Presidente - Brig Int Helio Gonçalves

## DEPARTAMENTOS

### SEDE CENTRAL

#### Administrativo

Cel Int Ézio de Luna Freire

#### Beneficente

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

#### Cultural

Cel Av Araken Hipólito da Costa

#### Comunicação Social

Ten Cel Ana Elisa Jardim de Mattos A. de Melo

#### Centro de Tecnologia e Informação – CTI

Ten Cel Int Franklin José Maribondo da Trindade

#### Financeiro

Cel Int Júlio Sérgio Kistemarcher do Nascimento

#### Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

#### Patrimonial / Secretaria Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

#### Social

Ten Cel Int José Pinto Cabral

### CHICAER

Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota

### SEDE BARRA

#### Aerodesportivo

Cel Av João Fares Netto

Dir. Operações - Ten Cel Av José Carlos da Conceição

#### Desportivo

Ten Cel Av Antonio Vianna Jordão

#### Assessores

Administração - Cel Av Mauro Domeneck Salgado

Financeiro - Ten Cel Antônio Rodrigues de Sousa

## Expediente Sede Central

Dias: 3ª a 6ª feira

Horário: 9h às 12h e 13h às 17h

## ENDEREÇOS E TELEFONES

### Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200

- Tel.: (21) 2210-3212
- Fax: (21) 2220-8444

### Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710

- Tel.: (21) 3325-2681

### Sede Lacustre

Estrada da Figueira, nº 1  
Arraial do Cabo - RJ - CEP 28930-000

- Tel.: (22) 2662-1510
- Fax: (22) 2662-1049

## REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel.: (21) 2220-3691

### Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipólito da Costa

### Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

### Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

### Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

### Revisão

Márcia Helena Mendes dos Santos

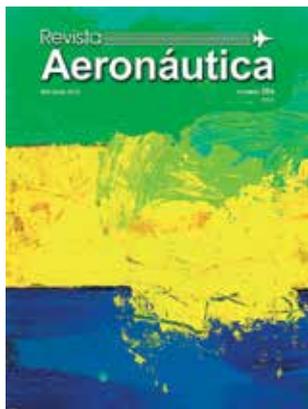
### Secretárias

Gabriela da Hora Rangel  
e Juliana Helena Abreu Lima

### Estagiária

Paula Araújo

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Ilustrações  
Araken

# Índice

- 4** MENSAGEM DO PRESIDENTE  
Ten Brig Ar Ivan Frota  
*Presidente do Clube de Aeronáutica*
- 6** NOTÍCIAS DO CAER  
Redação
- 9** FAB CHORA A PERDA DO HERÓI  
MAJOR-BRIGADEIRO  
RUI MOREIRA LIMA  
*Agência Força Aérea*
- 10** O ESTADO E A ECONOMIA  
Ives Gandra da Silva Martins  
*Tributarista*
- 13** DIVAGAÇÕES SOBRE O TEMPO  
Raul Galbarro Vianna  
*Cel Av*
- 14** A REFORMA POLÍTICA EM DISCUSSÃO  
*Grupo de Estudos do Pensamento Brasileiro*
- 18** MAIS DO MESMO OU O  
PLEBISCITO DA DILMA  
Ricardo Vélez Rodríguez  
*Filósofo*
- 20** DEMOCRACIA NOVAMENTE  
PROCLAMADA  
Maj Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota
- 22** A QUEDA  
Rodrigo Constantino  
*Economista*
- 24** A IDADE DA SABEDORIA  
Luiz Paulo Horta  
*Jornalista*
- 26** FOCOS DE CORRUPÇÃO AMEAÇAM  
ALICERCES DO ESTADO  
Manuel Cambeses Júnior  
*Cel Av*
- 28** PARA MAIORES DE SESSENTA ANOS  
Luís Mauro Ferreira Gomes  
*Cel Av*
- 31** O ANJO DA GUARDA  
Jonas Alves Corrêa  
*Cel Av*
- 32** A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 2013  
E A DEFESA AÉREA DO BRASIL  
Afonso Farias de Souza Júnior  
*Prof. Dr. - Cel Int*
- 34** O SILÊNCIO QUE REVELA  
AS PALAVRAS  
Aduino Novaes  
*Jornalista e Filósofo*
- 36** O “SERTANEJO DA AERONÁUTICA”  
BRIGADEIRO JOSÉ SAMPAIO DE  
MACEDO  
*Jornal do Cariri*
- 39** BASE AÉREA DE BRASÍLIA  
JUBILEU DE OURO  
*Base Aérea de Brasília*
- 43** UM “FOUL” ACEITÁVEL  
Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini
- 43** CRONOLOGIA AERONÁUTICA  
BRASILEIRA - Nona parte  
Fernando Hippolyto da Costa  
*Cel Av*
- 46** DIREITO UNIVERSAL À ANAMESE:  
UTOPIA?  
Antonio Augusto Masson  
*Cel Méd*
- 46** A HISTÓRIA DO CORAÇÃO  
DE SANTOS-DUMONT  
Marco Mattos  
*Cel Av*



# Mensagem do Presidente

Ten Brig Ar Ivan Frota  
Presidente do Clube de Aeronáutica

---

**Bem-estar familiar ❖ Eficiente Força Aérea**



Nesta edição, levamos aos nossos leitores a carta enviada  
pela Comissão Interclubes Militares ao Exmo. Sr. Ministro Joaquim Barbosa,  
Presidente do Supremo Tribunal Federal

*Ten Brig Ar Frota*

Excelentíssimo Senhor Ministro Joaquim Barbosa,

DD Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Senhor Presidente.

Se o acaso reserva ao homem a ventura de ser protagonista ativo da história da Pátria, obrigatoriamente, desde que a vida é feita de escolhas, oferece-lhe também a oportunidade de acertar, hesitar, tergiversar ou cair em erro.

Quando há gigantescos interesses políticos e econômicos dependentes da sua decisão, somente os probos não se deixam levar pelo canto das sereias.

Se a prevalência da razão e o emprego judicioso da hermenêutica na interpretação da letra fria da lei, e se a equidade e todos os princípios do direito e da justiça norteiam as suas decisões, o juiz digno que absolve ou que, *pollice verso*, condena o acusado, merece o reconhecimento da nação.

Senhor Presidente.

É por identificar a necessidade de princípios éticos inquestionáveis nos homens públicos, que a sociedade vê em Vossa Excelência todos os acertos e todas as virtudes superlativas indispensáveis ao exercício do cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário e intérprete da Constituição.

Fique certo, digníssimo Presidente, de que os Clubes Militares, que, desde o Império e ao longo da República, sempre abrigaram os soldados do bom combate reunidos em prol dos interesses da nação, tanto estarão de portas abertas para recebê-lo, quando assim lhe convier, como para se solidarizarem com as palavras e atitudes tomadas por Vossa Excelência no exercício desse múnus tão nobre quanto árduo.

Com os respeitosos cumprimentos da Comissão Interclubes Militares, os presidentes dos Clubes Naval, Militar e de Aeronáutica tomam a liberdade de fazer chegar a Vossa Excelência essas palavras que procuram traduzir reconhecimento e admiração, e lhe trazem votos de felicidade pessoal.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 2013



V Alte Paulo Frederico Soriano Dobbin  
Clube Naval



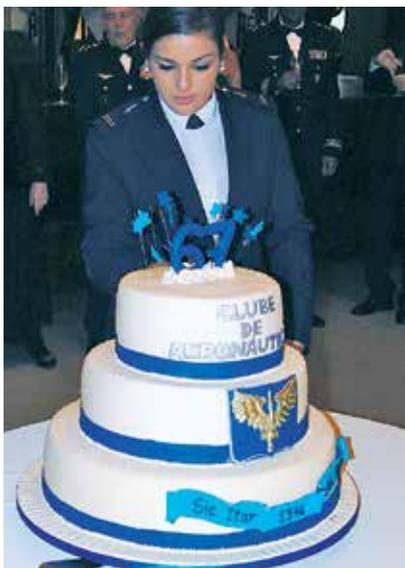
Gen Ex Renato Cesar Tibau da Costa  
Clube Militar



Ten Brig do Ar Ivan Frota  
Clube de Aeronáutica

# NOTÍCIAS do CAER

## CLUBE DE AERONÁUTICA COMEMORA 67 ANOS



Cadete Amanda Moura

O CAER realizou um baile, no dia 2 de agosto, em comemoração aos seus 67 anos, na Sede Central.

O Presidente do Clube, Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota, recebeu, dentre os ilustres convidados: o Ten Brig Ar Paes de Barros Junior, Comandante Geral do COMGAP; o Maj Brig Ar Raul Botelho, Comandante do III COMAR; o Vice-Almirante (FN) Paulo Frederico Soriano Cobbin, Presidente do Clube Naval; o Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa, Presidente do Conselho Deliberativo do CAer, o Brig Int Hélio Gonçalves, Presidente do Conselho Fiscal do CAer, além de aspirantes da Escola Naval e os Cadetes da AMAN e AFA.

Antes da meia-noite, no salão ricamente decorado, foi realizada a cerimônia, em que a Cadete Amanda Moura, da AFA, foi convidada a fazer o primeiro corte do bolo de aniversário, e, logo em seguida, a cantora Adelaide Chiozzo animou o baile juntamente com a banda Commander, finalizando a noite com um delicioso jantar.



Adelaide Chiozzo



## BAILE DA INTENDÊNCIA DA AERONÁUTICA



Em 24 de agosto de 2013, a DIRINT promoveu seu baile anual, na Sede Central do Clube de Aeronáutica, o qual recebeu, como bom anfitrião, os Intendentes com alegria e satisfação.

O bufê – variado – incluiu comidas orientais, italiana, além da sempre presente comida baiana, com seu acarajé.

Ao aniversário da Intendência, em 23 de agosto, não faltaram os jovens oficiais que se irmanaram aos Oficiais mais antigos do Quadro, num ambiente de total conagração.

## DIPLOMAÇÃO DO CURSO DO PENSAMENTO BRASILEIRO IV

O Curso do Pensamento Brasileiro IV encerrou suas atividades no dia 24 de setembro, com 53 diplomados. Esses Certificados foram entregues pelo Presidente do Clube de Aeronáutica, Ten Brig Ar Ivan Frota; pelo Subdiretor de Divulgação do INCAER, Maj Brig Ar Wilmar Terroso Freitas; pelo Presidente da Academia Brasileira de Filosofia, Professor Doutor João Ricardo Moderno e pelo Professor Doutor Francisco Martins de Souza.

Logo em seguida à diplomação, o jornalista João Victorino e a cantora lírica Jurema Fontoura fizeram uma apresentação sobre Vinicius de Moraes, em que declamaram e cantaram seus maiores sucessos.



Oradora da turma,  
Regina Helena de Farias Costa



Recital João Victorino  
e Jurema Fontoura

## PALESTRA DO COMANDANTE DO COMGAR NO CPB IV

O Curso do Pensamento Brasileiro teve a honra de receber o Comandante do COMGAR, Ten Brig Ar Nivaldo Luiz Rossato, que proferiu a palestra *Atualidades da Área Operacional da FAB* no dia 3 de setembro.

Após a palestra, o Presidente do Clube de Aeronáutica, Ten Brig Ar Ivan Frota, ofereceu um almoço que contou com a presença das seguintes autoridades: Diretor do INCAER, Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho; Comandante do III COMAR, Maj Brig Ar Raul Botelho; Diretor do PAMA-GL, Brig Ar Antonio Ricardo Pinheiro Vieira; Diretor do MUSAL, Brig Ar Bhering e membros do Grupo de Estudos do Pensamento Brasileiro.



A data de 13 de abril de 2013 ficará marcada com o ato de início da construção do Museu Pedagógico Luso-Brasileiro (MPLB). Isto porque, a convite do Dr. Artur Victória, representante honorífico da ADESG na Europa, foi lançada a Pedra Fundamental da construção do citado museu, que pretende receber crianças e adolescentes, despertando o interesse pela aviação e pela ciência aeronáutica.

Na solenidade pronunciou-se o Dr. Artur Victória, agradecendo a importante presença de todos e destacando os objetivos do futuro museu, realçando a ideia da sua criação, na época levada ao Presidente da ADESG – Brig Helio Gonçalves (intitulado como o Padrinho do museu), que prontamente a incentivou; o Cel Av Araken citou que “a construção do museu pelos seus objetivos está inserido no Pensamento Brasileiro”; o Ten Brig Vilarinho discorreu sobre a possibilidade de “futuros entendimentos e troca de conhecimento e informações entre o INCAER e o MPLB”, e encerrando as locuções o Brig Helio Gonçalves destacou a importância da sua construção, parabenizando o seu mentor – Dr. Artur Victória, pelo seu desprendimento e espírito empreendedor. Falou, também, da “importância do Museu para as Forças Aéreas Portuguesa e Brasileira, para o CAer, para o INCAER e para a ADESG, pois estarão disponíveis, no futuro, instalações que, certamente, serão do interesse de todos”.

# NOTÍCIAS do CAER

## COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

No dia 29 de agosto de 2013, reuniram-se no Clube de Aeronáutica os Presidentes dos três Clubes Militares e seus Assessores, tendo como convidado o Deputado Federal Jair Bolsonaro. Foram tratados assuntos da mais alta relevância, entre os quais destacamos: o problema dos mensaleiros e a posição firme do Ministro Joaquim Barbosa. Na ocasião foi acordado, por unanimidade, um voto de louvor ao digníssimo Presidente do Supremo Tribunal Federal pela sua atitude honrosa.

Além disso, debateu-se, moderadamente, os reajustes salariais dos militares.

Cel Av Luís Mauro, Cel Int Lúcio, CMG Fagundes, V Alte Fernando, Ten Brig Ar Ivan Frota, Dep Federal Jair Bolsonaro, Gen Ex Tibau, Cel Av Gardel, Gen Bda Lajoia, Cel Ex Renato e Cel Ex Tavares.



## CIRCUITO CULTURAL GASTRONÔMICO

**A**moçamos na Gamboa, no “Restaurante 28” que há mais de 90 anos está instalado no bairro. Fomos presenteados com o tradicional cabrito assado com batatas coradas. Em seguida, o prof. Edimilson nos guiou pelo bairro em direção à região do Porto do Rio. Caminhamos por ruas marcadas por séculos de história adormecida que a cidade começa gradativamente a resgatar. Mergulhamos no século XVIII e circulamos por onde funcionava o antigo mercado negreiro, pela região do antigo Porto dos Escravos e, posteriormente, da Princesa e visitamos a “Pedra do Sal”. A tarde já se fazia noite quando chegamos ao Largo de São Francisco da Prainha para encontrarmos no “Restaurante Angu do Gomes” um dos mais marcantes traços da identidade gastronômica e cultural da cidade: o angu de fubá trazido pelos escravos africanos que incorporou definitivamente na cultura local. O passeio terminou e deixamos o prof. Edimilson em um Rio que ao longo dos séculos foi o Rio dos escravos, da prostituição e da boemia. Um Rio que hoje é um espaço propício para quem busca as raízes da história popular carioca.



Participantes do GE do Pensamento Brasileiro

## MENSAGEM DOS LEITORES

**Senador Álvaro Dias** – Registra o recebimento da Revista Aeronáutica nº 283, agradecendo o envio e apresentando os seus protestos de elevada estima e consideração.

**Ministro Celso de Mello** – *Ministro do STF* – Agradecendo o gentil encaminhamento da mais recente edição da Revista Aeronáutica a qual recebe cordialmente.

**Tenente-Brigadeiro-do-Ar Cleonilson Nicácio Silva** – *Ministro do STM* – Agradece ao Diretor a deferência da remessa da Revista Aeronáutica nº 283, parabenizando pelo trabalho realizado e formulando votos de continuado sucesso.

**Cel Antonio Celente Videira** – *Conselheiro na ESG* – Comenta: *Ao desfolhar a Revista Aeronáutica nº 283, só tenho a parabenizar o nosso amigo Cel Av Araken Hipolito da Costa pelo esplêndido artigo “Credenciais do Pensamento Brasileiro em Portugal”. Foi um passeio histórico sobre a conformação do nosso Pensamento Político. Meus parabéns.*

**Professora Maria Antonia** – *Sócia do Clube de Aeronáutica* – Comenta: *Na qualidade de sócia do Clube de Aeronáutica e leitora de publicações da Revista Aeronáutica, sinto-me no dever de parabenizar o Cel Av Olavo Nogueira Dell’Isola pela expressão da verdade plena no artigo Comissão da Verdade ou só Retaliação? Parabéns, também, aos integrantes do Corpo Editorial pela referida publicação. Chega de tanta acusação injusta e tanta anarquia.*

**Gustavo Eugênio de Oliveira Borges** – *Cel Av Ref* – Comenta sobre a Revista Aeronáutica nº 283: *“Concordo plenamente com o artigo “Pela Permanência da Justiça Militar”, do Dr Ives Gandra; magnífico o artigo “Comissão da Verdade ou só Retaliação?”, do Cel Av Olavo Dell’Isola. Deveria ser repetido exaustivamente em todas as publicações militares. Excelentes, também, os artigos: “Direita e Esquerda”, de Roberto DaMatta; “Conflito de Gerações: as coisas mudam”, do Maj Brig Antonio Luiz Rodrigues Dias; “E foi assim que eu cruzei o rio Pó”, do Cel Av. Peixe Lima; “Perigos para o Brasil”, do economista Marcos Coimbra e a minibiografia do Maj Becker, meu colega de turma que foi um dos maiores e melhores oficiais da FAB. Aliás, todos os artigos da revista estão bons”.*

**Paulo Henrique Fortini** – *Aeroclube de Juiz de Fora* – Agradecendo a consideração da remessa da Revista Aeronáutica nº 283, e de outras edições passadas, elogia não só a Revista que “está de tirar o fôlego” quanto a Presidência e a Diretoria do Clube. Lamenta o falecimento do Maj Brig Nero Moura e do Maj Brig Meira.

### NOTA DO EDITOR

*Agradecemos as manifestações dos leitores, estendendo nossa gratidão aos colaboradores, que valorizam as nossas edições, deixando-lhes espaço aberto para o envio de textos.*

# FAB CHORA A PERDA DO HERÓI

## Major-Brigadeiro Rui Moreira Lima

*O homem se fez mito. O mito grandioso, magnânimo, extraordinário. O mito guerreiro. O mito-herói. O herói-homem. Em cada linha do rosto com suas impressões do tempo, cabiam mais de mil histórias. Mas, história não morre. Herói não morre. Mito não morre. Nele, havia mais. Havia o olhar brasileiro, daqueles guerreiros da Nação que são lembrados indefinidamente. Se for certo que será sempre momento de evocar a sua memória, é fato também que, neste dia 13 de agosto de 2013, a Força Aérea Brasileira chora, consternada, a perda do herói Major-Brigadeiro Rui Moreira Lima, aos 94 anos de idade, no Rio de Janeiro. Ele morreu às 3h30 no Hospital Central da Aeronáutica, onde estava internado havia dois meses. Herói da Segunda Guerra Mundial como piloto do 1º Grupo de Aviação de Caça, foi responsável por realizar 94 missões com a aeronave P-47 no front de combate.*

O corpo do lendário Oficial-General foi velado no auditório do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), no Rio de Janeiro e sepultado no Cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo. Era casado com Dona Julinha.

A dor do momento não sobrepuja a alegria da existência desse homem. Sempre tão lúcido, costumava desfilas sua memória impecável com detalhes sobre fatos ocorridos há seis décadas. O senso de observação diferenciado transformou feitos em histórias recontadas com minúcias.

Disfarçava não ser um protagonista. “Rui, que foi um dos mais destacados combatentes nos céus da Itália, fala de tudo e de todos, mas pouco dele mesmo, ou das 94 missões que executou sobre as tropas alemãs”, disse certa vez o patrono da aviação de caça do Brasil, Brigadeiro Nero Moura.

O Major-Brigadeiro Rui foi autor do livro “Senta a Pua!”, que inspirou também um documentário do mesmo nome. No livro e no filme fez ecoar a incrível trajetória dos militares brasileiros na campanha vitoriosa



Aviador cumpriu 94 missões de combate na Segunda Guerra Mundial e foi autor do livro “Senta a Pua!”.

durante a batalha. Era preocupado em não deixar se apagar a epopeia que ele e seus colegas viveram. Sua obra transformou-se em leitura de referência e palavras que provocavam lágrimas e sorrisos por onde passava. Não ter sua presença física amanhã naquelas palestras que arrancavam aplausos empolgados deixa silêncio, mas não o vazio.

O luto da Força Aérea Brasileira tem um som mais alto. Agora, diferente de todos os outros momentos, cabe a honra de se prestar a tradicional saudação Adelphi dos caçadores ao Major-Brigadeiro Rui.

“-1,2,3...

– Palmas!

– Adelphi!”.

É impossível não ouvir a melodia de “Carnaval em Veneza” e a voz do Brigadeiro Rui, vibrante com a história que ajudou a construir, trazendo os amigos consigo. Em entrevistas para veículos de comunicação da FAB, o herói lembrava características pessoais e profissionais dos seus colegas na guerra. “Viramos irmãos”, dizia.

Retratou todos os “irmãos” com seus brilhos singulares. Nunca fez questão de falar de si mesmo e denotava a alma modesta que guerreiros e heróis têm. Dizia-se inspirado pelo exemplo do pai. Palavras do desembargador Bento Moreira Lima, contidas em uma carta escrita em 1939, eram o seu “vade mecum da vida militar”. Na carta está que “obediência aos teus superiores, lealdade aos teus companheiros, dignidade no desempenho do que te for confiado [...]”. O filho seguiu o conselho. Virou guerreiro e herói. Foi além. O legado sobrevive forte e sempre tão lúcido.

94 missões na Segunda Guerra e uma volta para casa emocionante

Durante a Segunda Guerra Mundial, o então Tenente Rui Moreira Lima fez nada menos do que 94 missões, por isso considerado herói brasileiro no front. A primeira missão ocorreu no dia 6 de novembro de 1944 e a última no dia 1º de maio de 1945.

Sempre sob o fogo cerrado da artilharia alemã. “Em cada missão, eram mais de duas horas e meia no combate ao inimigo. Foi bastante difícil para todos”, comentava.

Cada dia na Itália foi registrado em uma caderneta que o Brigadeiro guardava em casa como uma verdadeira relíquia. Também na caderneta está o voo mais emocionante de sua vida, o de volta para o Brasil após a vitória no combate.

“Quando fui para a guerra, deixei minha mulher grávida. Ao pisar no chão brasileiro, fui direto ao encontro de minha mulher e minha filhinha que já havia nascido”, relembrou o Brigadeiro em entrevista à Aerovisão. No reencontro, e emoção e a maior recompensa que poderia imaginar: o sorriso da filha. Foi uma grande vitória do herói.

Desde 1939 – O maranhense da cidade de Colinas nasceu em junho de 1919. Aos 20 anos de idade já era cadete da escola militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Ingressou na Força Aérea Brasileira assim que a instituição foi criada, em 1941. Costumava repetir que atuar no Correio Aéreo Nacional foi um grande aprendizado para os pilotos de caça que iriam participar da guerra. “No Brasil, aprendemos a voar em situações bastante adversas. Quando chegamos à guerra, os americanos ficaram impressionados conosco”.

O Brigadeiro Rui falava sempre com muita tristeza a respeito dos companheiros do Grupo de Caça que foram abatidos nas linhas inimigas. Considerava-os heróis e ficou obstinado por contar as histórias na guerra bastante difundidas no meio militar e pouco conhecidas por toda a sociedade. “Temos que gritar Senta a Pua!, cantar o Carnaval em Veneza, encenar a Ópera do Danilo. Essa é a nossa história”, bradava o herói. Histórias que ficaram muito mais conhecidas por causa do Brigadeiro-do-Ar Rui Moreira Lima. As canções entoadas, a partir de agora, também glorificarão o legado desse homem histórico ■

Fonte: Agência Força Aérea.



# O ESTADO E A ECONOMIA

Ives Gandra da Silva Martins

Advogado, professor emérito da Universidade Mackenzie,  
da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior  
de Guerra. É presidente do Conselho Superior de Direito da Federação  
do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio).

[igm@gandramartins.adv.br](mailto:igm@gandramartins.adv.br)

Caos tributário, burocracia esclerosada e pesados encargos trabalhistas são as três barreiras que o Brasil precisa superar para equacionar o problema do baixo PIB e da alta inflação.

O Estado é sempre um mau empresário. A empresa estatal é, normalmente, um cabide de empregos para justificar salários mais elevados e acomodar aliados. Os burocratas e políticos do Executivo, via de regra, complementam seus vencimentos com cargos que assumem em conselhos criados para este fim e aquilo o que menos importa é a qualificação técnica dos que venham a ocupar as vagas de conselheiros.

Por essa razão, a empresa estatal raramente é eficiente e, quando o é, não poucas vezes, os detentores do poder de ocasião procuram retirar-lhe eficiência para projetos pessoais ou de política econômico-financeira, quando não como mera forma de conquistar aliados e alargar aspirações políticas.

A Petrobras e a Eletrobras são típicos exemplos de empresas que deixaram de lado seu objetivo empresarial, que, sem ser brilhante, era razoavelmente administrado, para se tornarem instrumentos de política financeira de governo no intento de controlar a inflação pelo equivocado caminho do ajuste de preços.

Desde o Código de Hamurabi que a repressão de preços para conter a inflação é um fracasso. O Édito Máximo, do imperador Caio Diocleciano em 301, ostentou monumental insucesso dessa forma de inibir a deterioração do valor da moeda pelo controle de preços. Alguns historiadores admitem que esse tenha sido um dos fatores que o levaram à renúncia.

Argentina e Venezuela pagam o preço pelo caminho errado do controle de preços como forma de combater a inflação. Por essa razão, amargam-na na casa dos 25% ao ano, pelo menos.

Uma das formas de se combater a inflação é pelo controle da demanda. Com aumento dos juros. Na “Teoria do Juro”, de Irving Fischer, dizia ele que a melhor forma de se conter a impaciência de gastar é gerar a oportunidade de investir. Juros negativos geram a impaciência de consumo. Guardar dinheiro que se nivele ou ficar abaixo da inflação é a melhor alavanca para o gasto. Embora a inflação de demanda seja consequência, não poucas vezes, de um mercado comprador maior que o vendedor. Dá-se, também, quando estão nivelados os dois pólos, mas, a avalanche consumista está em alta.

A outra forma de combate à inflação é reduzir o custo da máquina administrativa. Steven Benjamin Webb, no livro *Hyperinflation and Stabilization in Weimar Germany* (Oxford University Press, 1989), mostra que a pressão do Estado como gerador da inflação é que levou, mais do que os outros fatos, à hiperinflação alemã, estancada apenas pelo plano de marco forte, em 15 de novembro de 1923.

No Brasil, nenhum dos dois instrumentos tem sido utilizado na era Dilma. O relaxamento das contas públicas, com maquiagem naquelas de 2012, para se ter a ilusão de que se atingira a meta fiscal, e a discussão, para 2013, de novas regras para flexibilizar o conjunto de metas que foram obtidas nos governos anteriores são elementos que sinalizam ao mercado que a inflação não está sob controle como apregoam os arautos do governo.

Acresce-se, na realidade brasileira, certa antipatia da presidente à palavra “lucro”, que a levou, nos dois primeiros anos, a limitar a rentabilidade das empresas nas licitações federais, com desistência das mais conceituadas em participar dos certames, e a simpatia inequívoca aos governos do polo bolivariano, ao ponto de suportar, estoicamente, todas as ofensas e injúrias econômicas, sem reação.

Em vez de o Brasil negociar com as

grandes potências, no nível de potência que adquiriu, prefere continuar a sofrer os agravos de seus parceiros, que são tanto mais agressivos, quanto mais passivas sentem as autoridades brasileiras. É de lembrar que, enquanto todos os países tentam nos tratados bilaterais implementar o comércio exterior, o Brasil, pela autopunição que se impôs ao aderir ao MERCOSUL – de resto não respeitado por seus parceiros –, firmou apenas três acordos insignificantes, estando a perder, vergonhosamente, a maratona da competitividade mundial por escassez de vontade e competência e excesso de decisões equivocadas.

Não sem razão, os dois primeiros anos do governo Dilma se caracterizaram por um baixíssimo PIB e por uma altíssima inflação, que, no mês de março, superou o teto da meta estabelecida em 6,5% ante um ponto de equilíbrio de 4,5%.

Não deve ser esquecida, por outro lado, a face negra do império brasileiro, em que, dos 32 partidos existentes no Brasil, a presidente necessita do apoio da maioria para governar, o que a obriga a concessões políticas cada vez maiores, reduzindo a eficiência do Estado a um aparelhamento para acomodação dos aliados e seus apaniguados. Não encontrei em nenhum filósofo a existência de 32 modelos políticos distintos na sua concepção global.

Deve-se lembrar, também, o custo Brasil provocado pelo caos tributário e pela demagogia trabalhista, que gera, nos superencargos às empresas, desestímulo à produção e a busca de outros mercados para investidores nacionais e estrangeiros.

Diziam os jornais da época, quando Marx fixou-se em Londres, já conhecido pelo seu mau humor contra as empresas e pelas suas teses revolucionárias de liquidação dos capitalistas e do capital, que era “um bom cidadão para qualquer outro país que não aquele que no momento estivesse vivendo” (John Kenneth Galbraith, em *A era da incerteza*, Editora Thomson Pioneira, 1998).

Muitos se desinteressam de aqui investir, pois seus interesses são preservados de melhor forma em qualquer outro país que não o Brasil, apesar de toda nossa potencialidade.

O caos tributário está na superposição de tributos sob o mesmo ou semelhante fato gerador (circulação de bens), como: IPI, ICMS, ISS, Cofins, PIS, Cides, Imposto de Importação e Imposto de Exportação, muito embora os dois últimos sejam típicos tributos regulatórios de mercado e de alavancagem à proteção da produção nacional.

A regionalização do ICMS, desde 1967, gerando uma guerra fratricida entre os Estados, que nem o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), ao considerá-la inconstitucional, conseguiu atalhar até agora, foi um desastre. A proposta que levei, nas diversas audiências públicas no Congresso Nacional para federalizá-lo, com partilha da receita entre as entidades federativas, compactação com o IPI e ISS, deixando a arrecadação por conta dos Estados para que a redistribuam por ter melhor máquina de arrecadação, foi sempre rejeitada. Aos Estados interessa esse caos fiscal, em que a fraqueza do STF e a inoperância da União em políticas regionais permitem que, há 25 anos, incentivos ilegais sejam concedidos, gerando uma fantástica descompetitividade entre as entidades federativas.

E as soluções apresentadas, mesmo aquelas que circulam no Parlamento, são insuficientes para equacionar o problema, sendo que as 12 propostas de emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias e resoluções que a nossa comissão, nomeada pelo Senado, apresentou no dia 30 de outubro de 2012, continuam repousando, serenamente, nas gavetas do Senado!!! Foi completamente desperdiçado o trabalho dos 13 – Nelson Jobim (presidente), Everardo Maciel (relator), Bernard Appy, Bolívar Lamounier, Fernando Rezende, Ives Gandra Martins, João Paulo dos Reis Velloso, Luís Roberto Barroso, Manoel Felipe Rêgo Brandão, Marco Aurélio Marraffon, Michal Gartenkraut, Paulo Barros Carvalho e Sergio Roberto Rios do Prado –,

que, *pro bono*, apresentaram vetores para uma solução.

Os encargos trabalhistas, cada vez mais pesados, impedem que ganhemos poder de concorrência em relação aos países com encargos inferiores e, principalmente, perante aos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em que são menores e, muitas vezes, bem menores.

Por fim, essa visão de que cabe ao Estado controlar a economia, e não apenas dar condições de expansão para quem sabe atuar, que é a sociedade, toma o engessamento de suas virtualidades uma realidade negativa, como poder atuando mal e prejudicando mais do que auxiliando a “performance” dos agentes econômicos.

Na economia, quando o Estado não atrapalha, já desempenha um excepcional papel. Quando atrapalha pouco, o país pode crescer. Quando atrapalha muito, os resultados são os dois anos de baixo PIB e a alta inflação. Num país em que a política do ministro da Fazenda resume-se em baixar o IPI, Cofins e PIS para controlar a inflação e mexer no IOF visando intervir na política cambial, sem, todavia, haver um planejamento em curto, médio e longo prazos para ganharmos competitividade empresarial, tecnológica e logística, a posição do Brasil é de retrocesso e de afastamento das demais nações, como alertou Christine Lagarde, presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nesse particular, o governo Lula, que seguiu rigorosamente a política do governo Fernando Henrique Cardoso no que diz respeito à economia, com o tríptico controle (metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário), foi muito mais pragmático do que o governo Dilma, que, de rigor, sem o dizer expressamente, começa a abandonar os três fundamentos bem-sucedidos da economia de 1994 a 2010.

Comparado ao pragmatismo de Lula, menos culto, mas, mais sensível à realidade brasileira e mundial, o ideologismo de Dilma, mais culta, mas menos pragmática – e, neste particular, menos humilde que Lula –, tem estrangulado os caminhos que o Brasil seguiu e que outros países como México,

Índia, China, Rússia, Chile e Colômbia têm seguido, apesar da crise mundial. Estamos assemelhando-nos aos modelos malsucedidos de Venezuela e Argentina e perdendo terreno para os países retrocitados que apesar de terem menos condições de desenvolvimento que o Brasil dão saltos de qualidade e adaptação aos desafios da modernidade, que o estamento estatal brasileiro não permite dar com as suas três fantásticas barreiras: caos tributário e carga superior à de nossos concorrentes; burocracia esclerosada e geradora de obrigações inúteis que entravam o desenvolvimento e encargos trabalhistas maiores do que os de países emergentes que conosco concorrem.

Todas essas considerações objetivam mostrar que, se não houver alteração do rumo da política governamental – parece haver alguma sinalização nesse sentido, como aumento da margem de lucro nas licitações federais –, certamente, asseguraremos mais um ano de baixo PIB e volta da inflação, com o inconveniente de que o modelo de estímulo ao consumo parece dar sinais de esgotamento.

Creio que uma reforma tributária simplificada e uma desburocratização das exigências sobre o cidadão, com redução da máquina administrativa, seria um bom começo para recuperar o poder de competitividade das empresas brasileiras, de mais a mais sufocadas pela complexidade de uma legislação tributária tão caótica, que termina por gerar autos de infração fantasmagóricos, e uma assustadora insegurança jurídica para qualquer que seja a operação de fortalecimento das empresas com fusões, incorporações, cisões ou criação de novas tecnologias, empreendimentos ou produtos.

Se não começarmos por cortar, significativamente, os nós górdios da nossa insuficiência governamental, da nossa burocracia, do nosso confuso sistema tributário e do peso da nossa legislação trabalhista – mais ideológica do que voltada ao interesse dos trabalhadores –, certamente veremos outros países passando-nos à frente, pois estaremos caminhando, a passos largos, para o avanço do retrocesso ■

# DIVAGAÇÕES SOBRE O TEMPO

Raul Galbarro Vianna

Cel Av

raulgianna@gmail.com

Sempre fui uma pessoa muito ligada ao tempo, tanto no sentido meteorológico como, principalmente, no que se refere ao período, intervalo, época, momento dos eventos, ou seja, “tudo que está relacionado a calendário e relógio”.

Em meus devaneios imaginava sistematicamente o significado de um centésimo de segundo para o vice-campeão dos 100 metros rasos ou, um décimo de segundo para o medalha de prata dos 50 metros nado livre. Qual o sentido de uma hora, para quem perdeu o *check in* e, em consequência, a viagem? E o de um dia de atraso numa promissória? Ou, ainda, o de nove meses para uma grávida ansiosa?

O tempo ia passando e ele – o senhor Tempo – sempre mostrando e demonstrando o quanto comandava tudo.

A propósito, quem não ouviu? “Não tive tempo!”, “não tenho tempo!”, “não sei se vai dar tempo!” etc. etc.

Até bem pouco tempo – sempre ele – nunca havia lido ou ouvido qualquer coisa que sintetizasse, ou abordasse com suficiente abrangência, como devemos “tratar”, “entender” ou “encarar” o tempo.

William Shakespeare apresenta um belo enfoque a respeito ao afirmar que: “o tempo é muito lento para os que esperam, muito rápido para os que têm medo, muito longo para os que lamentam, muito curto para os que festejam. Mas, para os que amam, o tempo é eternidade”. Contudo, no meu modesto modo de ver, envolve um conteúdo predominantemente filosófico.

Eis que um dia, quando trabalhava no aeroporto de Jacarepaguá, ao conversar com uma senhora em visita ao local, ela, em decorrência do que se falava no momento, prontificou-se a mandar-me – e cumpriu – um verso expressivo do poeta romântico brasileiro Laurindo Rabelo (patrono da Academia Brasileira de Letras) que, a meu juízo, considero bastante interessante, pertinente, realista e conclusivo.

Por tal razão, achei por bem transcrevê-lo para conhecimento e reflexão dos leitores da nossa Revista de Aeronáutica ■

## O TEMPO

*Deus pede estrita conta de meu tempo,  
É forçoso desse tempo já dar conta;  
Mas, como dar sem tempo tanta conta,  
Eu que gastei sem conta tanto tempo?*

*Para ter minha conta feita a tempo,  
Dado me foi bom tempo e não fiz conta.  
Não quis, sobrando tempo, fazer conta.  
Quero, hoje, fazer conta e falta tempo.*

*Oh! Vós que tendes tempo sem ter conta,  
Não gasteis o vosso tempo em passatempo,  
Cuidai, enquanto é tempo, em fazer conta.  
Pois, se os que contam com esse tempo,  
Fizessem desse tempo alguma conta,  
Não chorariam sem conta o não ter tempo!*

Laurindo Rabelo

O Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica promoveu, no período de junho a novembro de 2006, um ciclo de palestras denominado “Introdução à Filosofia Política”, proferidas pelo Dr. Francisco Martins de Souza, durante duas horas, uma vez por semana. O evento obteve boa receptividade: tanto assim que estimulou o Departamento a prosseguir com estudos conexos, criando grupos com a finalidade de se dedicarem a uma discussão de temas específicos.

Um desses grupos recebeu a tarefa de estudar assuntos referentes à Ciência Política. Com o objetivo de limitá-la e, ao mesmo tempo, proporcionar aos participantes a oportunidade de estudos teóricos ligados à Política, o grupo resolveu tomar como base a discussão sobre a Reforma Política, cuja proposta estava em tramitação no Congresso e há alguns anos era objeto de debates nos meios políticos e na sociedade em geral.

Fizeram parte do grupo os seguintes membros efetivos, além de participantes eventuais:

*Maj Brig Ar Umberto de Campos Carvalho Netto (Coordenador); Jornalista João Vitorino Ferreira (Relator); Ten Brig Ar Pedro Ivo Seixas; Cel Ex Frederico José Bérnago de Andrade.*

# A REFORMA POLÍTICA EM DISCUSSÃO

Grupo de Estudos do Pensamento Brasileiro

A metodologia utilizada, em torno da qual foram desenvolvidos os estudos e debates, foi a seguinte: Teorização dos tópicos pertinentes por meio de pesquisa e estudo de autores conhecidos e obras no campo da Ciência Política.

Pesquisa via internet de assuntos ligados ao tema, especialmente a legislação aplicável. Pesquisa intensiva em órgãos da imprensa escrita desde 2003, selecionando-se notícias, colunas diárias, editoriais, artigos assinados por políticos, cientistas políticos e intelectuais em geral, sempre que a matéria dissesse respeito ao assunto objeto do estudo, com ênfase na comparação entre as diversificadas opiniões a respeito.

A retomada do tema pelo Departamento Cultural justifica-se pelo fato de que, após a frustrada tentativa de reforma de 2003 (que na realidade não foi a primeira, pois o assunto aparecia e desaparecia desde 1995), no momento estamos vivendo um novo surto, com o vigor emprestado pela repercussão da chamada crise de 2005, envolvendo um escândalo de corrupção que veio à tona com o julgamento pelo STF do processo apelidado de “Mensalão”.

## PRELIMINARES

O estudo de 2006 serviu-se de algumas preliminares básicas, a partir das quais se poderia começar a formular os pontos de vista genéricos, como segue:

A Democracia como forma de governo dá ênfase aos direitos individuais, a liberdade em particular. Sendo um Sistema Representativo, no qual o povo, no exercício da sua soberania, escolhe aqueles a quem delegará o desempenho do seu próprio governo, surgem, como personagens importantes no ambiente político, duas espécies de cidadãos: os eleitores e os eleitos. Os primeiros devendo usar, livre e conscientemente, o direito do voto, sem qualquer tipo de coação moral ou material; os segundos, com a obrigação ética e legal de exercer condignamente os seus mandatos. Em torno desse binômio gira um complexo universo de atividades, englobadas sob o nome de “Política”, que vão desde o processo eleitoral em si até a ação diuturna dos detentores do poder que, em tese, deveria ser conduzida com a maior transparência, o que na prática nem sempre acontece. É que essa prática cria possibilidades de distorções e procedimentos pouco éticos, desprezando-se os mais rudimentares princípios do interesse público e criando-se frequentes crises que transtornam a vida social.

Para coibir as irregularidades, além do discernimento dos eleitores na hora da escolha e o desejável espírito público dos eleitos para o bom cumprimento dos seus mandatos, é necessária a existência de uma clara e abrangente legislação com regras precisas, voltadas para a preservação da moralidade em todo o processo político, especialmente na gestão da coisa pública. Não pode faltar, nessa legislação, a previsão de um rigoroso esquema de fiscalização e repressão, dotando de meios adequados os órgãos encarregados de executá-las, mas, sobretudo, um elenco definido de sanções aos infratores, para que sejam aplicadas com Justiça, quando devido, cumprindo as duas finalidades básicas da penalidade: afastar o transgressor do meio social e servir de exemplo para os demais. Além dessa finalidade, com a aplicação da Justiça, quando necessária, serão inibidas no seio do povo as decepções e frustrações que levam ao descrédito e à falta de confiança nos governantes, nos políticos em geral, nas instituições e no próprio regime democrático.

No Brasil, desde o advento da República, não têm sido poucas as crises devidas a desmandos dos detentores do poder. Para

sanear o meio político, muitas tentativas já foram feitas, geralmente baseadas em mudanças na legislação pertinente. Por isso mesmo, encontra-se mais uma vez em tramitação no Congresso, com o nome genérico de Reforma Política, uma série de medidas, pretensamente saneadoras do sistema político eleitoral visando coibir irregularidades, corrupção, procedimentos escusos, enriquecimentos ilícitos, desvios de recursos públicos e todo um emaranhado de ilegalidades que cresceram assustadoramente nos últimos anos.

Se quisermos limitá-las no tempo, fixando-nos no que tem ocorrido mais recentemente, começaríamos com as distorções no meio político iniciadas no governo Collor, com um primeiro episódio provocando o “impeachment” do próprio Presidente e prosseguindo na mesma legislatura que o impediu (cassação de deputados, escândalos como o dos “Anões do Orçamento” etc.). Daí, estendeu-se, com suspeitas e denúncias durante os governos seguintes e veio a atingir o seu auge com a avalanche de episódios de corrupção, começada em 2003 e culminando com a chamada “Crise de 2005”.

## AS ANOMALIAS A SEREM COMBATIDAS

A lista de irregularidades e distorções dos princípios democráticos começa já no processo eleitoral, com a prática, entre outros desvios de conduta, do ilegal abuso do poder econômico. Este ilícito macula o ideário democrático quando se manifesta, porque violenta o princípio da igualdade de oportunidade entre os postulantes a cargos eletivos. Ele tem se manifestado de diferentes maneiras para a obtenção de recursos para as campanhas, de um modo geral, cada vez mais dispendiosas. Vão desde a doação de recursos para candidatos e partidos por empresas privadas ou pessoas físicas, ultrapassando limites fixados por lei, com a correspondente contrapartida em caso de sucesso dos beneficiados, passando por desvios de recursos públicos e muitos outros artifícios espúrios que a imaginação criativa dos maus políticos é pródiga em inventar. Tudo isso vai cair no ilícito denominado “recursos não contabilizados”, popularmente conhecidos por “caixa 2” que burlam a prestação de contas após as eleições, obrigatórias pelos partidos e candidatos à Justiça Eleitoral.

Para coibir o procedimento espúrio, tem sido sugerido implantar a alocação

orçamentária de recursos públicos para financiar as campanhas.

Para viabilizar a adoção dos recursos públicos, ao mesmo tempo fortalecendo os partidos políticos bastante desacreditados no imaginário dos brasileiros, a ideia tem sido transformar atual sistema de votação em listas abertas nas eleições proporcionais, passando para o sistema de listas fechadas, em que o eleitor não vota em nomes, mas em uma legenda, com base em lista de candidatos fornecida pelo partido.

Uma das anomalias registradas no atual sistema político brasileiro é o excessivo número de partidos registrados. No momento, eles atingem a marca de 30 agremiações, sendo 23 com representação no Congresso, o que também é um exagero. Na verdade, a proliferação dos partidos é consequência do princípio democrático do pluralismo político, consagrado na Constituição de 1988, quando institui a liberdade de sua criação, fusão, incorporação e extinção. Mas, o fato é que o descabido número de partidos, em última análise, prejudica a governabilidade, obrigando o governo a se desdobrar em favores para conseguir maioria congressual, muitas vezes, descambando para a corrupção, como tem sido fartamente comprovado. Para corrigir a imperfeição do sistema, foi promulgada, em 1995, lei que estabeleceu limites mínimos de desempenho partidário nas eleições para a Câmara Federal, os quais, se não atingidos, privariam os partidos com deficiência de votos de uma série de privilégios e regalias, desestimulando a sua sobrevivência. Em meio a pressões de toda ordem, o Projeto de Reforma em discussão em 2003 reduzia a chamada “cláusula de barreira”, tendendo a diminuir grandemente os efeitos benéficos da lei de 1995.

Ainda dentro da rotina partidária, outra impropriedade era a facilidade com que o parlamentar eleito emigrava do seu partido original para outro, caracterizando a infidelidade partidária. Na legislatura iniciada em 2007, houve nada menos do que 57 mudanças, geralmente eivadas de suspeição quanto à “moeda de troca”, além de representar uma traição à vontade do eleitor expressa nas urnas. Esta anomalia, no entanto, foi superada por medida da Justiça Eleitoral.

Para moralizar a questão das coligações partidárias nas eleições proporcionais, criticadas por representarem apenas interesses eleitorais momentâneos, contribuindo para desfigurar a identidade partidária, aventou-se a hipótese de criação da figura da “Federa-

ção Partidária”, por meio da qual dois ou mais partidos poderiam se coligar para uma eleição, mantendo, porém, a obrigatoriedade de atuação conjunta durante a legislatura.

## OS DETALHES SOBRE OS TÓPICOS EM DISCUSSÃO

### **O Financiamento Público**

1 – Na atualidade, o financiamento das campanhas eleitorais é regido pela lei 9.504/97 (Lei das Eleições), que, além dos gastos utilizando recursos próprios, permite a captação exterior com outros doadores. Há limite para doações de pessoas físicas e para pessoas jurídicas. São estabelecidas multas e penalidades para o uso de recursos financeiros que não provenham de conta específica, o que poderá impedir a diplomação do eleito. Por outro lado, gastar recursos além dos valores declarados, sujeita o responsável ao pagamento de multa no valor de cinco vezes a quantia excedente.

2 – Se aprovada a Reforma como pretendem os defensores da ideia do Financiamento Público como proposta, as campanhas passariam a ser financiadas com recursos orçamentários. No ano de eleição, o Orçamento da União destinaria uma quantia “x” por eleitor, para financiar as campanhas. O valor seria distribuído aos partidos em igual proporção para todos os registrados no TSE; uma porcentagem dividida igualmente entre todos aqueles que tiverem, pelo menos, um deputado federal; o restante distribuído aos partidos proporcionalmente ao número de deputados eleitos para a Câmara na última eleição. Ficaria proibido o uso de recursos privados, sejam eles de pessoa jurídica ou física, nas campanhas eleitorais, com a previsão de multas para quem descumprir o que ficou acertado.

3 – De um modo geral, este tópico em discussão para a Reforma é o julgado mais importante, ainda que mais propenso a reações negativas, principalmente por envolver recursos do Tesouro. Porém, a intenção é, alegadamente, acabar com o “caixa 2”.

4 – As principais opiniões a favor do tópico são as seguintes: dará mais força aos partidos políticos; diminuirá a influência do poder econômico; dará mais liberdade ao eleito e obrigará uma fidelidade partidária mais rigorosa.

5 – As principais opiniões contrárias são as seguintes: não garante o fim do sistema “caixa 2”, não garantindo o fim do financiamento clandestino e adicionaria significativa despesa ao Orçamento da União. Já existe o

Fundo Partidário e a transmissão de programa eleitoral gratuito pelas emissoras de rádio e de televisão, que por si só já constituem significativo aporte de recursos para os partidos e suas campanhas.

### **O Sistema de Listas Fechadas**

1 – Nas eleições para os legislativos em todos os níveis, a lei em vigor estabelece o sistema proporcional, com cada partido apresentando uma lista de candidatos, em número limitado por lei, com o eleitor podendo votar nominalmente ou na legenda, considerando-se eleitos os candidatos mais votados da lista dentro do limite das cadeiras conquistadas pelo partido.

2 – Pelo sistema de Lista Fechada, cada partido apresenta ao eleitorado uma relação de candidatos listados em ordem estabelecida em convenção partidária, votando o eleitor somente na legenda. Serão considerados eleitos os candidatos pela ordem apresentada na lista, até o número de cadeiras conquistadas pelo partido. Os partidos que não conseguirem atingir o quociente concorrerão à distribuição das sobras. Vale aqui a observação de que a Itália e o Japão passaram do sistema exclusivo de listas fechadas para o sistema misto, o que também é defendido por outros parlamentares brasileiros favoráveis a um sistema em que metade das vagas ficaria com a candidatura personalizada e a outra metade em lista fechada.

3 – Principais opiniões favoráveis: fortaleceria os partidos, já que o mandato passaria a pertencer a ele e não ao candidato; viabilizaria o financiamento público; faria com que a fidelidade partidária fosse rigorosa; estimularia a campanha voltada para as ideias e as bandeiras defendidas pelo ideário partidário.

4 – Principais opiniões desfavoráveis: tolheria a independência partidária no Congresso; entregaria à direção partidária o completo domínio da candidatura; tiraria o direito do eleitor de votar diretamente no candidato de sua preferência e dificultaria o surgimento de novos líderes.

### **A Cláusula de Barreira**

1 – Antes da Lei dos Partidos (Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995), não eram exigidos mínimos de desempenho dos partidos, uma vez que a Constituição de 1988 havia eliminado a exigência estabelecida na Carta de 1967.

2 – Como isso houvesse ocasionado a proliferação desmedida de partidos no Brasil, chegando ao exagerado número de vinte e oito registrados, a Lei 9.096/95 estabeleceu os seguintes mínimos a vigorar a partir da eleição de 2006:

Art. 13 – “Tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas Legislativas para as quais tenha elegido representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com o mínimo de dois por cento do total de cada um deles”.

3 – A Proposta de Reforma aprovada pela CCJ e encaminhada ao Plenário de Câmara (2005) amenizava consideravelmente a cláusula de desempenho, permitindo a sobrevivência de mais alguns partidos, ao mesmo tempo em que as fusões e possivelmente as Federações, se aprovadas, salvariam outros tantos.

Novo art. 13 proposto: “Tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas Legislativas para as quais tenha elegido representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha o apoio de, no mínimo, dois por cento dos votos apurados nacionalmente, não computados os brancos e nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados e eleja, pelo menos, um representante em cinco desses Estados”.

4 – A intenção da proposição da Cláusula de Barreira era reduzir o exagerado número de partidos políticos registrados no TSE e que, muitas vezes, se conflitavam, pois siglas semelhantes tinham uma proposta política muito diferenciada. A tentativa de criar um limite para os partidos políticos e a exclusão da existência dos considerados pequenos, data da Carta de 1967, que em seu art. 149 buscava esse intento.

5 – A Lei acabou não alcançando o seu objetivo, pois uma decisão do Supremo Tribunal Federal, após as eleições de 2006, considerou-a inconstitucional. Antes de ser suspensa por decisão do STF, a Cláusula de Barreira havia indicado que apenas sete partidos tinham superado as exigências previstas na Lei 9096/95.

### **A Fidelidade Partidária**

O movimento de emigração de parlamentares abandonando o partido pelo qual se elegeram, quase sempre cercado de suspeitas de corrupção, é outro aspecto indispensável ao fortalecimento das instituições políticas. A valorização do candidato em detrimento do partido criava uma situação que facilitava a migração partidária, muitas vezes, com finalidade meramente eleitoral ou pessoal, em face de a ausência de compromisso com os programas partidários.

Pela proposta de 2003 o “troca-troca” de partidos ficaria bastante dificultado, já que estabelecia a exigência de uma permanência de pelo menos três anos de filiação e a responsabilidade pela violação dos deveres partidários deveria ser apurada e punida pelo competente órgão, na conformidade com o estatuto de cada um. Além disso, o integrante da bancada deveria subordinar sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e programáticos de acordo com o estatuto, além de prever a perda automática de função ou cargo exercido pelo migrante no âmbito da respectiva Câmara.

Em 30 de outubro de 2007, o TSE, por meio da Resolução nº 22610, pôs um freio no procedimento, proibindo a troca sob a pena de perda do mandato, “a não ser por justa causa”, entendida esta quando enquadrada em uma de quatro exceções: a incorporação ou fusão do partido; criação de um novo partido; mudança substancial do programa partidário e grave discriminação pessoal.

A partir de então, praticamente acabou o problema.

#### **As Federações Partidárias**

1 – O tópico seria uma inovação em matéria de legislação no Brasil, não havendo, portanto, antecedentes.

2 – Alegadamente era tido como um remédio para moralizar as coligações partidárias.

3 – Se aprovado este tópico da Reforma, vigoraria o seguinte: o Projeto de Lei, de 2003, da Comissão Especial de Reforma Política, no seu artigo 11-A determinava que dois ou mais partidos políticos poderiam reunir-se em federação, a qual após a sua constituição e respectivo registro no Tribunal Superior Eleitoral, atuaria como se fosse uma única agremiação partidária, inclusive no registro de candidatos e no funcionamento parlamentar, com a garantia da preservação da identidade e da autonomia dos partidos que a integrassem. Também determinava, que os novos integrantes deveriam se manter num mesmo bloco – atuando como se fosse um partido só – por três anos.

4 – Opiniões favoráveis: A tão criticada coligação partidária utilizada na eleição proporcional seria trocada pela figura da federação partidária. Inibir-se-ia, assim, a coligação de opostos, de partidos sem afinidade ideológica, que se unem apenas por oportunismo eleitoral. Esta fórmula ajudaria os pequenos partidos que não conseguem atingir uma representatividade parlamentar satisfatória. A coligação partidária ficaria

restrita a eleições majoritárias (presidente, governador, prefeito e senador), e descartada para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

5 – Opiniões contrárias: Não surgiram opiniões contrárias significativas já que a maioria dos comentários se opunha às coligações que vinham sendo praticadas de um modo geral sem nenhum critério político-partidário.

## CONCLUSÕES

A Reforma Política – entendida como “um pacote de medidas destinadas a sanear e moralizar o sistema político-eleitoral do Brasil” – vem se arrastando há muitos anos, em meio a marchas e contramarchas, altos e baixos, sempre alimentada por uma imprensa vigilante e uma opinião pública sequiosa de uma definição.

A primeira conclusão parcial que se pode tirar do exposto é a extrema dificuldade em dar andamento ao projeto da Reforma: objeto de controvérsias e debates, ela vem sofrendo uma série de injunções conjunturais e pressões de todas as espécies, que, aos poucos, vão desfigurando o projeto original no afã corporativo de aliviar os rigores da modificação, já que, certamente, ela atingirá muitos interesses, cortando privilégios e facilidades nem sempre condizentes com a boa prática política. O próprio histórico do andamento do projeto evidencia as dificuldades para sua concretização, como se pode observar pelo resumo a seguir:

Uma Comissão Especial da Câmara Federal recebia, em 2003, emendas ao projeto original. Observe-se que, já então, enfatizava-se a necessidade de aprovação até meados do ano para que surtisse efeito na eleição de 2004. Naquela altura, porém, já se podiam perceber as dificuldades para apaziguar as várias tendências e o jogo de interesses envolvidos. Por esse motivo, somente no final do ano foi possível à Comissão Especial aprovar uma proposta que, em dezembro do mesmo ano, foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para a apreciação antes do encaminhamento ao Plenário para votação. Portanto, frustrou-se a esperança de aplicação da Reforma em 2004.

Na CCJ permaneceu até junho de 2005, quando foi aprovada uma versão considerada definitiva e encaminhada para o Plenário, já então com poucas possibilidades de aprovação em tempo hábil para aplicação nas eleições de 2006, o que acabou se confirmando, tendo em vista que terminou a legislatura sem que o Plenário discutisse e votasse.

É de se salientar que, em 2003, quando em viagem à África, o próprio Presidente da República declarou enfaticamente ter chegado o momento da Reforma Política, o que demonstra o empenho presidencial. Apesar disso, o projeto não andou.

Durante o recesso do fim de 2006 do Congresso, o assunto praticamente caiu no esquecimento. No limiar da legislatura iniciada em 2007, a situação em linhas gerais era a seguinte: os itens principais da proposta da CCJ continuavam válidos conforme encaminhados em 2005, com a promessa do novo Presidente da Câmara de colocar o projeto em pauta e votação ainda no primeiro semestre de 2007. A questão da “Cláusula de Barreira” foi eliminada devido à conhecida decisão do STF. Existia uma iniciativa do senador Marcos Maciel em torno de uma PEC, apresentada no Senado, visando à emenda constitucional revivendo o princípio questionado pelo STF.

– O Presidente da República, segundo constava, encaminharia um novo projeto, desta vez, preparado com a colaboração da OAB. Mais uma vez era enfatizado o prazo de aprovação, então até agosto de 2007, para que surtisse efeito nas eleições de 2008. A Intenção, porém, não se concretizou.

– Já era público e notório que, na falta dos dispositivos supostamente moralizadores da Reforma, começavam a se repetir, no início da Legislatura, práticas suspeitas, por exemplo, o contingenciamento das verbas orçamentárias referentes às emendas parlamentares, primeiro passo para transformar a sua liberação em “moeda de troca”.

Presentemente, encontra-se em funcionamento na Câmara um Grupo de Trabalho da Reforma Política, coordenado pelo Deputado Cândido Vaccarezza. É de se supor que o andamento do assunto seja o mesmo da antiga Comissão Especial: recebimento de emendas, elaboração de uma proposta, encaminhamento à CCJ e, após, ao Plenário para discussão e votação. Existem muitas opiniões de que devem ser acrescentados dois novos temas à nova proposta: a questão da eleição do suplente de Senador, que compete em pleito casado (e, portanto, não se submete na prática ao crivo do eleitorado), e a extinção do processo das emendas parlamentares ao orçamento. Ambos, já se anteveem, de difícil aprovação.

Tudo que a sociedade brasileira espera dos seus representantes é que, finalmente, consigam criar e aprovar um pacote que venha a sanear e moralizar o tão desacreditado sistema político-eleitoral brasileiro ■



MAIS DO MESMO  
OU O  
PLEBISCITO DA DILMA

Ricardo Vélez Rodríguez

Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa”, da UFJF.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor Emérito da ECEME.

rive2001@gmail.com

**D**izia Benjamin Constant no seu clássico livrinho *Princípios de Política* que as ideias têm consequências. Uma defeituosa definição do que é “democracia”, por exemplo, pode nos conduzir ao contrário do que pretendemos e dar ensejo ao despotismo. Em momentos de grande turbulência social, faz-se necessário lembrar o sentido das palavras. É o que Constant pretendia fazer com o seu livro, que foi redigido ao ensejo das tensas jornadas que preencheram os “cem dias”, aquele período em que o Imperador Napoleão, deposto e preso na Ilha de Elba, fugiu do seu cativeiro e deu a volta por cima, voltando ao poder. Silvestre Pinheiro Ferreira, o nosso bravo pensador do liberalismo no início da trajetória do Brasil independente, fez algo semelhante entre 1813 e 1819, ao redigir as suas *Cartas sobre a revolução brasileira*, dirigidas a Dom João VI, nas quais, à maneira de Constant, fixava o sentido exato das palavras e elaborava a proposta que deu ensejo à passagem da monarquia absoluta para a constitucional.

Nos atuais momentos de confusão tanto nas ruas quanto nos gabinetes oficiais, é imprescindível que nos tomemos o trabalho de definir claramente as ideias. A primeira coisa consiste em identificar os modelos de governança que estão sobre o tapete. Dois arquétipos, a meu ver, contrapõem-se subliminarmente na presente conjuntura. O primeiro, inspirado em Jean-Jacques Rousseau, entende o poder como questão de unanimidade e a política como a forma de tornar realidade esse ideal. Nesta proposta não há limites para a soberania do povo, que seria absoluta.

O segundo, inspirado em John Locke, entende o poder como dissenso necessário entre os vários tipos de interesses presentes

na sociedade, para, a partir daí, construir as instituições num grande processo de consensos. A questão da soberania do povo é limitada à representação dos seus interesses materiais no Legislativo. Mas, a soberania tem limite e não pode alcançar a totalidade da vida das pessoas. Os estudiosos filiam o primeiro modelo a Platão e à sua tentativa de construir a *pólis* com fundamento na unanimidade, a ser implantada pela ação reguladora do rei filósofo. O segundo modelo estaria mais do lado de Aristóteles e da política do possível na *politéia*, que buscava o justo meio, na estruturação de uma denominada pelo Estagirita *classe média*.

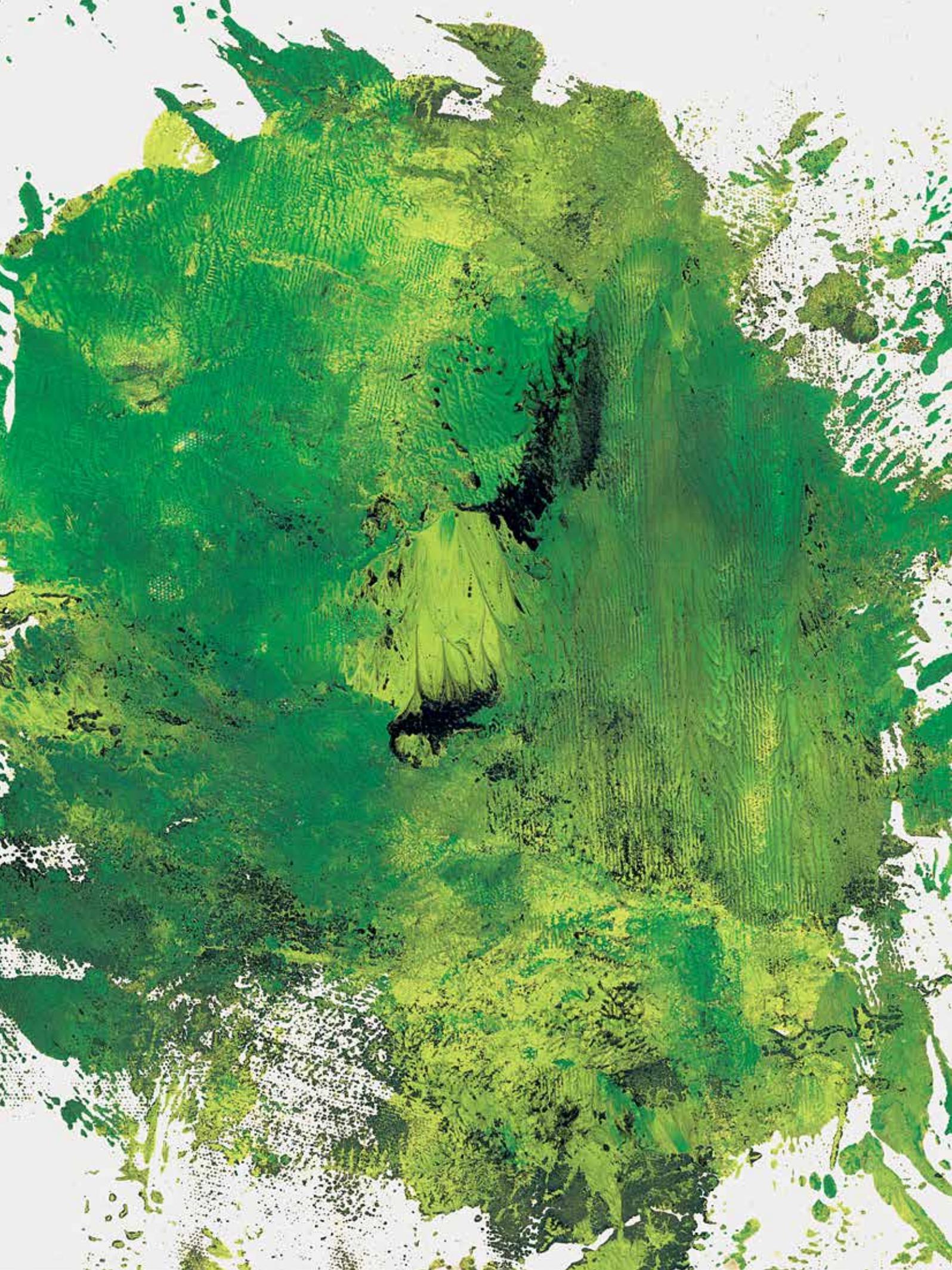
Ora, para Rousseau a “felicidade geral da nação” depende da construção da unanimidade e do banimento do dissenso. É sabido que tal modelo inspirou a grande tsunami dos tempos modernos, a Revolução Francesa, com a sua seqüela de terror e de cabeças cortadas com eficiência pela guilhotina. Tal é o modelo de que se louvaram as várias revoluções populares levadas a efeito pelos bolcheviques na Rússia e pelos comunistas na China e alhures, ao longo do século XX. É o arquétipo que encantou aos petistas e que, no âmbito latino-americano, tomou carona na “revolução bolivariana” do finado coronel Chávez, na Venezuela. Diante do clamor das ruas, a presidente Dilma, seguindo a pauta traçada pelo diretório petista, apresenta mais do mesmo que o PT tem dado aos brasileiros ao longo da última década: a hegemonia partidária, construída em assembleias sem fim que já chegam votadas pela militância e em discussões que propõem o plebiscito que dará origem a todos os entendimentos de que o país carece.

Ora, sabemos sobejamente que o que o

governo propõe é farinha do mesmo saco de evidências totalitárias. Os espíritos que buscam a unanimidade propõem sempre essa tal consulta popular, como na Cuba de Fidel ou no Segundo Império francês presidido pelo corrupto Luís Bonaparte, que se tornou eficiente administrador de “plebiscitos” ou “consultas diretas à população”. O próprio Rousseau, aliás, no oitavo capítulo do seu *Contrato Social*, assinalava o caminho das pedras para a conquista da unanimidade: a consulta plebiscitária, na qual, o Legislador que governa, mediante perguntas habilmente formuladas, consegue que o povo diga o que ele quer. Como a convicção fundamental é a de que o melhor para todos consiste na unanimidade ao redor de quem governa, qualquer meio para conseguir esse estado de entropia coletiva é válido: desde o terrorismo de Estado até o plebiscito.

Não nos enganemos. O que os milhares de jovens e cidadãos de todos os matizes disseram nas ruas na última semana de junho é que estão cansados da monocórdia proposta petista de buscar, em tudo, a hegemonia partidária, colocando o Brasil como simples apêndice do PT. O que o milhão e meio de brasileiros que se manifestaram queriam era o fim da hegemonia partidária, bem como a busca por um entendimento real entre os variados interesses que compõem a Nação brasileira. Ou o governo da presidente Dilma realmente escuta a voz dos cidadãos deste país ou abrirá a porta para um clima de instabilidade ainda pior.

É claro que no núcleo duro do PT já está pronta a saída se as coisas não derem certo: Lula já! Mas, será que os alquimistas do Partido já chegaram à convicção de que esse medicamento, pior do que a doença, é o que a sociedade brasileira quer? ■



# DEMOCRACIA NOVAMENTE PROCLAMADA

A nação sente na sua alma a perspectiva de uma afirmação democrática, ao lado da vocação política que de há muito influência o brasileiro em todos os níveis sociais, verdades estas plenamente comprovadas com a realidade dos últimos movimentos reivindicatórios que, deflagrados em toda a extensão do território nacional, consubstanciaram uma perplexidade geral n'alma de todos nós. Fenômeno? Realidade social? Vandalismo? Assim, numa simplória e rápida avaliação podemos afirmar que brasileiros das mais diversas esferas “sociopolíticas” uniram-se, pensa este articulista, no afã de encontrar eco nos altos escalões da república, na pragmática busca de uma resposta aos patrióticos anseios de um Brasil melhor. Os pronunciamentos ouvidos nas ruas, indiscutivelmente, vislumbram dias melhores e, para surpresa geral, mostraram-se distantes de vinculações partidárias, cingindo-se, tão só, ao sonho de uma sociedade MAIS JUSTA. Como se vê, este “escrevinhador” sentiu-se à vontade em escolher o título acima: DEMOCRACIA NOVAMENTE PROCLAMADA. Jamais brasileiros, dos quatros cantos do país, estiveram tão unidos na cessante procura de uma verdade no campo político-institucional. Não há como fugir da grandiosidade do presente momento, uma marca que a história pátria jamais olvidará. É sempre bom lembrar que o amadurecimento na vivência democrática, redundante, indiscutivelmente, no grande bordão da vida pública – A PAZ SOCIAL. A dinâmica histórica, mestra das mestras, ensina que a sonhada paz social é fruto do amadurecimento das INSTITUIÇÕES. O Instituto da Democracia, embora muito antigo na vida da humanidade, está sempre em aperfeiçoamento, e hoje as ruas deram o clamor que há muito dormitava no coração do povo brasileiro, na afirmação publicista tradicional de um REGIME POLÍTICO, FILOSOFIA DE VIDA E ESTADO DE ESPÍRITO.

Como ex-aluno do constitucionalista

Paulo Bonavides nos idos da década de 1960, louvo-me de velhos rascunhos de sala de aula, quando o mestre dizia: “...no ponto de vista do homem a Democracia para empolgar uma personalidade que nela busque se realizar, encontra no seu ESTADO DE ESPÍRITO um ponto de vista coletivo, que sombreado por um REGIME POLÍTICO irá pautar a realidade de uma FILOSOFIA de VIDA”. Nesse passo, vamos nos valer do que afirmou o pensador Giordani Sartori nos seus cadernos – UMA DEMOCRACIA EXISTE, SOMENTE, ENQUANTO SEUS IDEAIS E VALORES SÃO TRANSFORMADOS EM ALGO REAL. Agora, sinto-me à vontade em clamar que apesar dos percalços que as multidões bafejam por toda a nação, o reconhecimento da pessoa humana sempre estará adjudicado aos sonhos da Bastilha que proclamou “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, longe dos exageros jacobinos e os excessos do liberalismo, os teóricos racionalistas da Bastilha que nos perdoem, pois jamais deveremos esquecer o que afirmou Lacordaire: “ENTRE O FORTE E O FRACO É A LIBERDADE QUE ESCRAVIZA E A LEI QUE LIBERTA”.

Não há como aceitar uma estagnação social. Sem justiça social o homem jamais será livre, todavia, quando essa concepção de justiça social emerge eivada de conchavos eleitores e impregnada de ideologias de há muito superadas, a Democracia começa a se esmaecer, dando lugar a uma tirania que traz no seu cerne, tão só, a ânsia de um Poder que busca, para tristeza geral, a sua ETERNIZAÇÃO. O Regime Político como nos conta a História, nasceu de uma monarquia que outorgou a velha Pindorama a primeira Carta Magna, que num período de 67 anos respaldou a vida nacional. Como Lei Maior, fez do país uma nação constitucional, com os defeitos de uma monarquia não muito palpável, responsável pelo famoso PODER MODERADOR, que até os dias presentes incomoda as Instituições na sua atualíssima versão – MEDIDA PROVISÓRIA. Faz-se

imperioso lembrar que as nossas Cartas Magnas sempre inseriram esta forte influência do Executivo no dia a dia da vida republicana. A Democracia que corre pelas praças, eivada de uma crise reconhecidamente Institucional, clama aos ventos, gerando um corolário de ansiedades que levou o Poder Público a ultrapassar os motes das massas. Nesse ponto da nossa apreciação vamos no valer do pensamento de Durkheim que nas suas posições filosóficas dizia: “...a maneira de entender o fatos sociais que sentem, pensam e agem, é a realização dos métodos e maneiras de alcançar a paz social”. A tríade publicista já referenciada FILOSÓFICA, ESPIRITUALISTA E POLÍTICA necessita, urgentemente, de entendimento político-institucional, uma vez que a política, bem dimensionada, nos padrões dos “anseios das ruas” nos conduzirá ao pluripartidarismo fraterno, idealístico e incorruptível, nos moldes da pura FILOSOFIA DE VIDA, com a conseqüente serenidade do ESTADO DE ESPÍRITO, que nas palavras de Churchill consagraram o inesquecível bordão, que de há muito reza – “O DIFÍCIL NA DEMOCRACIA É A SUA PRÓPRIA REALIZAÇÃO”. O Estado Brasileiro, na presente conjuntura, evidenciou uma postura que não se coadunou nos sonhos das massas, levando o economista André Lara Rezende, em artigo publicado no *Jornal Valor Econômico*, em 7 de julho de 2013, com muita sensibilidade, afirmar:

“A INSATISFAÇÃO DIFUSA DOS PROTESTOS DAS RUAS PODE VIR A SER CATALIZADORA DE UMA PROFUNDA MUDANÇA DE RUMO, QUE ABRA O CAMINHO PARA UM NOVO DESENVOLVIMENTO [...] É PRECISO QUE SURJAM LIDERANÇAS CAPAZES DE EXPRESSAR, FORMULAR E EXECUTAR O NOVO DESENVOLVIMENTO”.

Após esses modestos comentários e nos valendo das palavras acima, escolhidas como EPÍLOGO do pensamento desenvolvido, ousamos sonhar com o clamor das ruas, na busca de um BRASIL NOVAMENTE PROCLAMADO! ■

# A QUEDA

Rodrigo Constantino

Economista. Presidente do Instituto Liberal

“Que Deus nos livre, caro senhor, de sermos colocados em um plano muito elevado por nossos amigos!”.

*Albert Camus, “A queda”.*

**E**ike Batista está para a economia como Lula está para a política. O “sucesso” de ambos, em suas respectivas áreas, tem a mesma origem. Trata-se de um fenômeno bem mais abrangente, que permitiu a ascensão meteórica de ambos como gurus: Eike virou o Midas dos negócios, enquanto Lula era o gênio da política. Tudo mentira.

Esse fenômeno pode ser resumido, basicamente, ao crescimento chinês somado ao baixo custo de capital nos países desenvolvidos. As reformas da era FHC, que criaram os pilares de uma macroeconomia mais sólida, também ajudaram. Mas, o grosso veio de fora. Ventos externos impulsionaram nossa economia. Fomos uma cigarra que ganhou na loteria.

A demanda voraz da China por recursos naturais, que por sorte o Brasil tem em abundância, fez com que o valor de nossas exportações disparasse. Por outro lado, após a crise de 2008 os principais bancos centrais do mundo injetaram trilhões de liquidez nos mercados. Isso fez com que o custo do dinheiro ficasse muito reduzido, até negativo se descontada a inflação.

Desesperados por retorno financeiro, os investidores do mundo todo começaram a mergulhar em aventuras nos países em desenvolvimento. Algo análogo a alguém que está recebendo bebida grátis desde

cedo na festa, e começa a relaxar seu critério de julgamento, passando a achar qualquer feiosa uma legítima “top model”.

Houve uma enxurrada de fluxo de capitais para países como o Brasil. A própria presidente Dilma chegou a reclamar do “tsunami monetário”. Os investidores estavam em lua de mel com o país, eufóricos com o gigante que finalmente havia acordado. Havia mesmo?

O fato é que essa loteria permitiu o surgimento dos fenômenos Eike Batista e Lula. Eike, um empresário ousado, convenceu-se de que era realmente fora de série, que tinha um poder miraculoso de multiplicar dólares em velocidade espantosa, colocando um X no nome da empresa e vendendo sonhos.

Lula, por sua vez, encantou-se com a adulação das massas, compradas pelas esmolas estatais, possíveis justamente porque jorravam recursos nos cofres públicos. A classe média também estava em êxtase, pois o câmbio se valorizava e o crédito se expandia. Imóveis valorizados, carros novos na garagem e Miami acessível ao bolso.

O metalúrgico, que perdera três eleições seguidas, tornava-se, quase da noite para o dia, um “gênio da política”, um líder carismático espetacular, acima até mesmo do mensalão. Confiante desse poder, Lula escolheu um “poste” para ocupar seu lugar. E o “poste” venceu! Nada iria convencê-lo de que isso tudo era efeito de um fenômeno mais complexo do que ele compreendia.

Dilma passou por uma remodelagem completa dos marqueteiros: virou uma eficiente gestora por decreto, uma “faxeira ética”, intolerante com os “malfeitos”. Tudo piada de mau gosto, que ainda era engolida pelo público porque a economia não tinha entrado na fase da ressaca. O

inverno chegou.

O crescimento chinês desacelerou, e há riscos de um mergulho mais profundo à frente. A economia americana se recuperou parcialmente, e isso fez com que o custo do capital subisse um pouco. Os ventos externos pararam de soprar. Os problemas plantados pela enorme incompetência de um governo intervencionista, arrogante e perdulário começaram a aparecer.

A maré baixou, e ficou visível que o Brasil nadava nu. O BNDES emprestou rios de dinheiro a taxas subsidiadas para os “campeões nacionais”, entre eles o próprio Eike Batista. O Banco Central foi negligente com a inflação, que furou o topo da meta e permaneceu elevada, apesar do fraco crescimento econômico. Os investidores começaram a temer as intervenções arbitrárias de um governo prepotente, e adiaram planos de investimento.

A liquidez começou a secar. O fluxo se inverteu. E o povo começou a ficar muito impaciente. Eike Batista se viu sem acesso a novos recursos para manter seu castelo de cartas. As empresas do grupo X despencaram de valor, sendo quase dizimadas enquanto as dívidas, estas sim, pareciam se multiplicar. A palavra “calote” passou a ser mencionada. O BNDES pode perder bilhões do nosso dinheiro.

Já a presidente Dilma, criatura de Lula, mergulhou em seu inferno astral. Sua popularidade desabou, os investidores travaram diante de tantas incertezas, e todos parecem cansados de tamanha incompetência.

Eike e Lula deveriam ler Camus: “Brincamos de imortais, mas, ao fim de algumas semanas, já nem sequer sabemos se poderemos nos arrastar até o dia seguinte” ■

*Fonte O Globo 7/8/13*



The background of the cover is an abstract, textured composition. It features a mix of colors: a dominant yellow, a vibrant blue, and some red and orange tones. The texture is reminiscent of a coarse fabric or a canvas with visible fibers, overlaid with what appears to be a halftone or dot pattern. The colors are layered and blended, creating a sense of depth and complexity. A horizontal band of lighter yellow and white runs across the middle, serving as a backdrop for the title.

# A IDADE DA SABEDORIA

Luiz Paulo Horta

Jornalista

Que existe direita e esquerda, todo mundo sabe. Mas, a pura indignação contra os corruptos, contra as farsas da política, precisa caber nesses velhos frascos?

**O**s meus colegas de turma estão entrando na casa dos 70, o que logo me obrigará a seguir com eles. Vejo-me, então, pensando nessa coisa misteriosa que é o tempo. Como os filósofos já explicaram: não se trata de entidade unívoca. Pode, às vezes, enroscar-se como gato em varanda ensolarada, e, assim, ficar por décadas. De repente dá um salto, e nada mais será como antes.

Assim acontece com o ciclo lulista que agoniza nas ruas. Durante dez anos, viveu-se dos bons fundamentos lançados na era FHC: moeda estável, lei de responsabilidade fiscal, saneamento dos bancos; a isto se somando um período dourado no comércio internacional. Aproveitando os bons ventos, Lula introduziu no cenário um feeling pelo social que o transformou numa lenda viva.

De repente, nada mais será como antes, e a reeleição de dona Dilma tornou-se problemática. Onde está o guia infalível com suas intuições geniais?

Aos 67, ele já poderia ter alguns diplomas de sabedoria. Mas, nem isso é garantido. A frase é de Cícero: “As pessoas são como o vinho: nem todas azedam com a idade”.

Lula parece muito azedo. Isso soa estranho em quem foi o presidente mais popular da história do Brasil. As coisas que ele tem dito – nunca em público –

também soam estranhas. Como convocar a militância a recuperar, nas ruas, os espaços que “a direita” conquistou.

Mas, que direita? E será que tudo na vida tem de ser politizado a esse ponto? Que existe direita e esquerda, todo mundo sabe. Está na natureza das coisas. Como disse um velho político francês: “Eu sei que meu traseiro tem um lado direito e um lado esquerdo”. Mas, a pura indignação contra os corruptos, contra as farsas da política, precisa caber nesses velhos frascos?

É o momento em que esperteza demais mata o seu autor. Para citar Goethe: “A teoria é cinzenta; verde é a árvore da vida”.

Isso são coisas que a idade pode ensinar. Há um bom movimento que leva do romantismo para o classicismo, sem que isso obrigue ao esfriamento do coração. O clássico é o que conseguiu tomar um pouquinho de distância da nossa briga cotidiana, e ver as coisas, sempre que possível, “sub species aeternitatis”. Fica

mais fácil, com a idade, perceber que estamos cercados de milagres. Que uma borboleta é um milagre em estado puro – e, mais ainda, a consciência serena de um Plutarco.

Caso curioso é o de Tolstói. Aos 37 anos, ele começou a escrever “Guerra e Paz”, que terminou aos 40. Poucas coisas haverá que mereçam, como esse livro, o adjetivo de “clássico”. Narrando a invasão da Rússia por Napoleão, em 1812, ele fornece uma visão dessa nossa vida terrena que, sem ser “religiosa” (Tolstói não era Dostoiévski), nos faz sentir que somos parte de algo muito grande e misterioso, superior a todas as mesquinhas.

Mas, depois ele se tornou “religioso” de um modo estranho. Membro da aristocracia (ele era o conde Tolstói) queria reformar a Rússia – o que era, mesmo, necessário –, e para isso desenvolveu uma variante peculiar de cristianismo em que ele era um verdadeiro chefe de seita. Tornou-se intolerante, cercado por acólitos que imitavam o radicalismo do mestre. Do mundo inteiro, vinha gente visitá-lo em seu retiro de Iasnáia Poliana, sem saber o quanto o mestre barbudo e reverenciado fazia sofrer sua própria família.

Moral da história: sabedoria não tem idade ■

Fonte: O Globo



# FOCOS DE

Manuel Cambeses Júnior

Cel Av

Membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica e conferencista especial da Escola Superior de Guerra.

[mcambeses@yahoo.com.br](mailto:mcambeses@yahoo.com.br)

**H**á algum tempo a imprensa tem dado destaque a algumas revelações verdadeiramente escandalosas sobre o envolvimento de políticos, empresários e autoridades governamentais em atos desairosos e denunciado o enriquecimento ilícito de maus patriotas no exercício da função pública.

Se adicionarmos a estes lamentáveis casos as denúncias e investigações que envolvem, em diferentes oportunidades, funcionários do setor administrativo, inclusive colaboradores diretos da Presidência da República, chega-se à conclusão de que a maré de anomalias, torpezas e suspeitas está profundamente enraizada nos três poderes do Estado.

Constatamos, com imensa tristeza, no atual cenário político nacional, inumeráveis e lamentáveis fatos que vêm sistematicamente ocorrendo, envolvendo autoridades públicas – especialmente ministros de Estado e funcionários do primeiro escalão governamental – que o nosso país se encontra em avançado processo de putrefação moral.

E se esse processo deletério não for estancado, em curto prazo, a projeção que podemos fazer para o futuro é dramática. Portanto, algo deve ser feito para estancar, de imediato, com todos esses desastros.

Os fatos, ao longo dos últimos anos, mostram que os detentores do poder urdiram um plano diabólico para, paulatinamente, desmontar o poder de reação da

# CORRUPÇÃO AMEAÇAM ALICERCES DO ESTADO

sociedade brasileira e manterem o perverso e abominável *status quo*.

Mas, bem sabemos, tal processo deletério não muda – apenas – com promessas, com palavras ou com intenções. Só ações efetivas: tomadas por pessoas de tempera forte e com qualidades de liderança, que poderão transformar as esperanças em decisões e, conseqüentemente, em ações.

Ações que irão debelar essa plethora inominável de desvios de conduta de mentes doentias e mentirosas que, os fatos, sempre eles, mostram, comprovam e vêm dominando, nestes últimos anos, o nosso país, em todos os seus quadrantes.

Portanto, só com ações efetivas poderá ser saneada a contaminação que tomou conta do Brasil. Um país onde muitas prefeituras contam com prefeitos e vereadores corruptos e corruptores. O mesmo acontece com governadores, deputados distritais, estaduais, federais, senadores e até mesmo os que deveriam zelar pela manutenção e a aplicação da lei: os juízes.

E esse quadro devastador se estende, segundo os fatos tão alardeados, até aos pontos mais elevados da estrutura de poder nacional. Um absurdo inominável! Urge, pois, que medidas efetivas e saneadoras sejam tomadas para resgatar a saúde moral de nosso país. Para que sejamos, um dia, de fato, uma Nação.

E, afinal, qual será o futuro se esse processo continua? Se todas as aves de rapina continuam livres e a esbulhar o país? Com tantos privilégios e com essa brutal excrescência denominada “foro privilegiado”. Um malévolos dispositivo criado nos estertores do mandato de FHC?

Esse mesmo senhor que começou o processo de enfraquecimento de nossas FFAA e da pusilânime tentativa de reduzir a importância da Escola Superior de Guer-

ra no seio da sociedade brasileira. Que também assinou, aceitou e se submeteu às decisões dos países hegemônicos que hoje se encontram com um pé firmemente fincado em nosso solo pátrio? Leia-se: Raposa Serra do Sol...

Assim, o que está em jogo é o futuro de todos nós. E, em especial, de nossos filhos e nossos descendentes.

E, por último, mas não menos importante, o que podem os cordeiros contra os lobos? Nada! Cordeiros sem proteção são e serão, por certo, presa fácil nas mãos predadoras de todos esses que aí estão a esbulhar, livremente, o patrimônio brasileiro. Patrimônio que foi criado e acumulado com o trabalho, a luta, o denodo, o vigor, o sofrimento e o sangue de nossos pais e nossos ascendentes.

Uma história de lutas que, agora, assistimos impotentes se perder nas mãos insidiosas e espúrias de todos esses lobos que saqueiam o país e nos tratam como marionetes.

E, tragicamente, além de roubarem o próprio país eles não pensam duas vezes em se submeter e entregar as riquezas de nosso solo aos algozes de sempre e que têm seus atos de dominação tão bem registrados e consubstanciados na História Mundial.

É muito difícil para a opinião pública assimilar o caudal de informações deprimentes que golpeiam, diariamente, a sensibilidade dos cidadãos, sem que seja experimentado um profundo desalento moral e observado, com um fundo de incredulidade, o funcionamento das instituições sobre as quais repousa a ordem republicana.

Ante esta dura realidade é imprescindível criar-se, o quanto antes, as condições que permitam reconstruir o prestígio da Organização Estatal, hoje fortemente afe-

tado pela sordidez desses maus brasileiros.

Uma sociedade que não confia em suas instituições dificilmente poderá caminhar com passo firme na direção de metas perduráveis de progresso, justiça e bem-estar. A honorabilidade dos homens públicos, qualquer que seja o nível e a natureza de sua função, é um oxigênio insubstituível para o desenvolvimento da capacidade criativa do corpo social, que dificilmente mobilizará, com profundidade, suas energias espirituais e materiais, se considerar que o fruto de seu esforço será aproveitado, desavergonhadamente, pela voracidade, ambição, vileza e falta de escrúpulos de uns poucos.

À imprensa lhe corresponde uma missão fundamental nessa empreitada de reconstrução nacional. Na maioria das vezes, tem sido a mídia o instrumento de denúncia de manejos ilícitos por quem exerce o poder (seja de quem tenha chegado à função pública pelo voto popular ou de quem desempenha cargo de confiança em virtude de nomeação).

É alarmante imaginar quantos focos de corrupção teriam permanecido ocultos se os profissionais de imprensa não lhes houvessem focado a luz. Daí ressalta-se o valor estratégico da liberdade de expressão como pilar da ordem constitucional.

Frente à onda de seguidos fatos e focos de corrupção que ameaçam erodir os alicerces do Estado, toda a sociedade brasileira deve pôr-se de pé para exigir que os atos ilícitos identificados e denunciados pela imprensa – desde que devidamente comprovados – sejam punidos exemplarmente, e que os controles do sistema democrático funcionem com eficácia e em plenitude, na salvaguarda da transparência moral, que é a virtude suprema da República ■



# PARA MAIORES DE SESSENTA ANOS

Luís Mauro Ferreira Gomes

Cel. Av.

Vice-Presidente do Clube de Aeronáutica

lmauro@uol.com.br

31 de março de 2004

**N**inguém gosta de perder e, nisso, não inova o brasileiro. Quando os institutos de pesquisa apontam, mesmo com estatísticas discutíveis, um postulante a cargo eletivo como especialmente favorito, a grande massa dos indecisos, imediatamente, engrossa as fileiras do suposto preferido. E quando o candidato é eleito, justamente o maior defensor do adversário derrotado é o mais efusivo nos cumprimentos ao vencedor.

Além disso, pessoas inteligentes que, honesta e conscientemente, elegeram um candidato para que mudasse um determinado cenário político que, depois de mais de um ano, permanece o mesmo na essência, não obstante mais grave, custam muito a compreender que foram enganadas.

Está na hora de o eleitorado acordar, de despertar da letargia, apreender e compreender a realidade, para impor-se aos governantes, obrigando-os a trilhar melhores caminhos para o País.

É inadmissível que, em um Estado de Direito, as Leis e até a Constituição sejam atropeladas pelo governo, a todo o momento, com a conivência dos Parlamentares, que também não se sentem, nem um pouco, obrigados pelo regime jurídico, por eles próprios criado.

Uma mídia oligopolista, endividada e excessivamente dependente de dinheiro público, completa o quadro que transforma, aos olhos dos menos atentos, em demo-

cracia, uma ditadura maniqueísta que só reconhece como verdadeiras e legítimas as idéias e ações saídas de seus fornos ideológicos.

Temos a certeza de que todas as pessoas normais vão além do discurso e, efetivamente, ajudam os mais pobres. Assim, nós, que também temos preocupações sociais e, com o pouco que o Estado voraz não nos toma, ainda ajudamos os desassistidos – que quase nada recebem das fontes governamentais – somos muito mais autênticos e legítimos do que os políticos e os militantes partidários. Aqueles a que socorremos não votam em nós nem nos elegem, não nos propiciam cargos públicos regidamente remunerados nem nos materializam os projetos de Poder. Também não desviamos os recursos destinados à assistência social. O auxílio que damos é com o que é nosso. Fazer caridade com o dinheiro dos outros pode ser muito cômodo, mas não leva ao Céu, nem mantém ninguém no Poder eternamente.

Na busca desesperada pela pecúnia alheia, inicialmente, veio uma reforma previdenciária injusta, arbitrária e, sobretudo, inconstitucional, e, logo depois, uma reforma tributária inexpressiva, cujo único efeito prático foi aumentar, ainda mais, a carga tributária extorsiva a que se submetem os brasileiros.

Sobre a primeira, disse o Comandante do Exército, General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, em palestra realizada no Clube Militar, no dia 5 de março deste ano (2004), que

“os militares foram a única categoria que ficou fora da reforma previdenciária”. Não cremos que haja nisso qualquer motivo para comemoração, senão para lastimar, profundamente, as perdas dos trabalhadores e aposentados atingidos por mais essa violência estatal. E esperar pelo momento em que seremos nós os atingidos.

Agora, o Governo se lança em campanha pela reforma do Poder Judiciário e pela reforma política. Que ninguém se iluda: o que realmente se pretende com a primeira é o controle daquele Poder pelo Executivo. Não o controle administrativo, como dizem, mas o controle das Sentenças, seja pela interferência direta no julgado, seja pela coação dos magistrados, com os mesmos procedimentos espúrios que usam para manipular o Congresso Nacional.

É indispensável que o eleitor brasileiro identifique, exatamente, de onde vem verdadeira ameaça. Muito se fala dos casos isolados de juízes que se corrompem, ao mesmo tempo em que tudo se faz para *abafar* os fatos comprometedores do Executivo. Não podemos deixar que manobras desse jaez contaminem as nossas mentes e nos desviem do principal. É mil vezes melhor que um juiz, eventualmente, venda uma sentença do que um governo arbitrário coaja, remova ou demita juízes, ou, ainda, que reforme sentenças que lhe sejam desfavoráveis. O Poder Judiciário é, talvez, a última linha de defesa de que dispomos contra tais abusos. Não podemos permitir que ela seja demolida.

Queremos, sim, o controle do Judiciário,

mas um controle interno mais eficaz, precisamente para impedir que políticos profissionais, que não conseguem despir-se das práticas demagógicas dos tempos de militância, se infiltrem em Tribunais Superiores e, mais grave ainda, no Supremo Tribunal Federal, vindo, assim, a conspurcar a isenção indispensável a essas elevadas cortes. Nesse caso, toda a Justiça poderá ser comprometida pela despuorada adesão de alguns de seus membros às conveniências políticas e aos caprichos irresponsáveis das correntes políticas que lá os tenham colocado.

Sentimos muita saudade dos tempos em que havia dignidade, e os Juizes, os Desembargadores e os Ministros consideravam-se ou eram declarados suspeitos no julgamento de matérias, com cujos interessados tivessem tido um passado de afinidades gritantes.

Que não se vá, por essa outra via, a tão preciosa independência do Poder Judiciário, que terminaria por se tornar, virtualmente, um apêndice do Ministério da Justiça. Bom para o Governo. Bom para os bandidos. Péssimo para o Cidadão. Péssimo para o País.

Por fim, uma última impostura muito propalada em defesa do controle externo do Judiciário: “Todos os outros Poderes já têm um controle externo, pois o voto faz esse papel”. Mentira! Se tal controle, efetivamente, funcionasse, a maioria dos políticos não estaria onde está e teria de trabalhar para viver, como qualquer mortal.

Idêntico contra-argumento se aplica ao controle do Ministério Público, que, pelas mesmas razões, procuram implantar.

A reforma política também visa ao mesmo objetivo de assegurar hegemonia absoluta à corrente política que ocupa o Poder. Para confirmá-lo, vejamos o que ela pretende:

– extinguir os pequenos partidos, alguns dos quais são os únicos que fazem oposição verdadeiramente ideológica ao Governo;

– impedir que o eleitor vote no seu candidato, fraudando o resultado da eleição, por obrigá-lo a sufragar uma lista feita pelos *caciques* partidários que, uma vez aliciados, somente nela incluiriam candidatos simpáticos ao Poder;

– facilitar o controle de deputados e senadores, os quais perderiam o mandato ou se tornariam inelegíveis se trocassem de partido ou se deles fossem expulsos;

– injetar mais dinheiro do contribuinte na burra do desvio de recursos em que se transformaria o financiamento público das campanhas.

Somente uma pessoa muito ingênua poderia aceitar essa tolice de que tal tipo de custeio acabaria com a corrupção. Não acabará nem com a corrupção nem com as *doações* dos empresários. A maior parte dessas contribuições já é clandestina e, portanto, não aparece nas prestações de contas feitas à Justiça Eleitoral. Assim, continuará a ser, com a contabilidade oficial, para os recursos públicos, e com o famoso *caixa dois*, para os recursos ilegais, aportados por aqueles que têm interesses a ser defendidos no Congresso. A grande vantagem para os políticos é aumentar o montante a ser desviado para contas pessoais ou para outras destinações, já que boa parte dos gastos com as campanhas seria feita com o dinheiro que o Governo diz não ter para pagar os funcionários públicos, para investir em saúde, ou em segurança, ou em educação, ou em infra-estrutura, ou, enfim, em qualquer outro serviço essencial que o Estado deveria prestar, mas não faz.

Queremos, sim, uma reforma política, mas que não onere, ainda mais, o pobre contribuinte, que resguarde a vontade do eleitor, que respeite a consciência dos eleitos no exercício de seus mandatos e que acabe com a farra da compra de deputados e senadores. Enfim, uma reforma que atenda aos interesses da Nação, em vez de privilegiar as conveniências do Governo e dos Políticos.

Em função exposto, é inevitável indagar-se o porquê de tantas reformas. Para explicá-lo, compararíamos o Governo com um adolescente que se encontra *pilotando* o carro do pai, de que se apropriou indevidamente, e, imaginando-se todo poderoso, desrespeita as regras de tráfego: avança sinais; ultrapassa os limites de velocidade; dá cavalos-de-pau; participa de pegadas. Tudo isso o faz julgar-se *a maior fera* e sentir-se o melhor *piloto* do mundo, considerando os demais motoristas *os maiores manés*.

Na sua absoluta ignorância, não percebe que dirigir como um estúpido e irresponsável é muito fácil. Verdadeiramente difícil é fazê-lo com perícia operacional, com conhecimento de todas as normas de trânsito e com disciplina para cumpri-las.

E o Governo? Bem, há aqueles que, parodiando o Rei de França, poderíamos classificar como do tipo “*La Loi, c’est moi*” ou “*L’Etat c’est à moi*”<sup>(1)</sup>. Parece que nunca aprendem que não são donos do Estado e que, apesar de figurar-se mais fácil exercer o Poder, adaptando o arcabouço jurídico do País às suas necessidades de cada momento, os resultados são tão desastrosos quanto o são os do *piloto* adolescente.

Esse caminho é o preferido dos ditadores, que, geralmente, terminam depostos, presos, exilados ou mortos. Às vezes, tudo isso. O verdadeiro Estadista governa dentro do estrito cumprimento da Lei, pois sabe que ela, e somente ela, lhe dará a indispensável legitimidade para exercer o seu mandato.

Infelizmente, a quem vê as ações dos atuais governantes brasileiros fica a impressão de que conquistaram o Poder por meio de revolução e não como resultado de eleição. Ao que nos consta, a única revolução de que participaram eles perderam.

Façamos, agora, um passeio por algumas das Políticas de Governo em desenvolvimento que nos interessam mais particularmente.

A Política Externa parece independente e orientada para os verdadeiros interesses brasileiros, embora apresente algumas incoerências, somente explicáveis se aceitarmos que as linhas gerais são traçadas pelo Itamaraty, um dos poucos setores governamentais com pessoal altamente capacitado. As discrepâncias seriam as idiosincrasias partidárias introduzidas (à época, o Ministério das Relações Exteriores não estava, ainda, controlado por militantes políticos alheios às tradições diplomáticas brasileiras e esquecidos de que o Itamaraty é uma instituição do Estado e não deveria servir aos objetivos ideológicos execráveis do governo).

A Política Indigenista é tão sem sentido que, para ela, não resta justificção fora da teoria da conspiração. O que se faz em

Roraima é um crime contra o patrimônio, contra a integridade, contra a economia e contra a cultura nacionais, com gravíssimos reflexos para Segurança do País.

Para o índio, outra grande vítima, essa Política é, simplesmente, nefasta. Na natureza, tudo o que não evolui se extingue. Não se podem estagnar, impunemente, vários grupamentos humanos, negando-lhes os avanços científicos, tecnológicos e sociais da civilização, apenas para atender aos caprichos de alguns antropólogos estrangeiros, ou, quem sabe, para facilitar a transferência futura para alienígenas, de uma das mais ricas terras do Brasil.

Além do mais, cria-se um problema insolúvel para as próximas gerações. Dentro de pouco tempo, a humanidade terá evoluído tanto, que será abismal a diferença entre o homem civilizado e os nativos excluídos, mantidos nos zoológicos humanos em que querem transformar certas áreas do Território Nacional, o que tornaria extremamente difícil a assimilação que, mais cedo ou mais tarde, será inevitável.

Aos estrangeiros que nos tentam impor essa segregação discriminatória que fere, inexplicavelmente, os direitos de cidadãos brasileiros, deve-lhes ser dito que, no mínimo, são tendenciosos. Que essa preocupação que aparentam ter com a preservação dos aborígenes, não têm para com a nossa própria cultura, invadida pelo lixo que eles mesmos produzem em seus países de origem.

Que se lhes diga, também, que não aceitamos que nos neguem a soberania e a autodeterminação que nos querem forçar a dar aos autóctones.

Os nossos indígenas, para o bem deles e para o nosso, devem ser incorporados à sociedade brasileira o mais rapidamente possível, sendo-lhes dada a cidadania plena, com os mesmos direitos e deveres dos demais, ainda que lhes deva ser dada a proteção e a ajuda indispensáveis, durante a transição.

A Política de Defesa é um desastre somente comparável ao da Política Econômica, que não será abordada aqui, por já o termos feito em outro artigo<sup>(2)</sup>.

Para resumir a situação das Forças Armadas, podemos afirmar que elas

estão sendo levadas à morte por inanição, enquanto alguns militares, em delírio, sonham um sonho cor-de-rosa, em que todas as Forças serão plenamente equipadas, em que os dinheiros dos fundos de saúde nunca foram contingenciados e, pasmemo-nos todos nós, em que haverá, até, comida para os soldados. Atualização dos soldos, jamais. Ela será proposta pelo menor dos índices disponíveis, mas, mesmo assim, provavelmente, nem em sonho ou delírio, será atendida. A equipe econômica não dorme, portanto não permitirá esse desperdício onírico. Talvez, no máximo, uma pequena esmola, na medida da nossa capacidade de pressionar, para fingir o cumprimento da *correção* anual dos soldos ou para satisfazer as carências de alguns egos. Mas não faz mal. Os militares fazem qualquer sacrifício pela Pátria. São puros. Deixaram-se, até, convencer de que receber remuneração justa é ser mercenário. E ainda acreditam em Papai Noel e em Presidente da República.

Em Ciência e Tecnologia não há investimento e somente colecionamos fracassos, desde que fomos dominados por essa nova ideologia que veio com a globalização e com os governos ditos democráticos. Evidência disso está no relatório sobre o acidente com o Veículo Lançador de Satélite.

É indispensável que se faça alguma coisa para mudar esse quadro desolador. Já que os formadores de opinião foram cooptados ou não têm muito espaço em uma mídia censora e invasiva, que não deixa que ecoem idéias contrárias ao pensamento dominante, é dever de todos nós tentarmos despertar aqueles que ainda dormem, mostrando-lhes o que está a acontecer diante de seus olhos fechados.

Assim, vamos, todos nós, denunciar, reagir, usar de todos os recursos ao nosso alcance para que sejam bloqueadas as manobras em curso. Se os mais jovens, que desconhecem o passado, ficarem indiferentes, vamos motivá-los! Não é hora para covardia. Reunamos a energia que nos resta e partamos para a luta. Afinal, de que teria medo um homem de mais de sessenta anos? Nem da morte! Se, a esta altura dos acontecimentos, não estivéssemos

preparados para ela, nada teríamos aprendido com a vida. Mas, felizmente, não é assim. Ainda estamos vivos! E se a defesa da Pátria vier a depender dos seus idosos, estaremos prontos!

Duas eleições se aproximam: a municipal (2004), quase imediata, e, pouco depois, a presidencial (2006). Se protestarmos sem medo, com ousadia e convicção, contando ainda com a ajuda do próprio Governo, cuja incompetência tem sido antológica, haveremos de vencer. Apesar de o tempo não ser exatamente um bem que nos sobre, viveremos, com a ajuda de Deus, o suficiente para sentir, mais uma vez, o indescritível prazer de ver maus governantes apeados do Poder que exercem em nome de seus preconceitos, esquecidos de quem os elegeu.

Preocupa-nos, porém, a inexistência, até o presente momento, de candidatos com as virtudes mínimas necessárias, em quem pudéssemos votar com tranqüilidade.

Paciência! Talvez tenhamos, uma vez mais, de votar no candidato aparentemente *menos pior*.

Que os Governantes futuros aprendam com as lições do passado, para que não se vejam fadados ao mesmo destino de tantos que os antecederam.

Como seria bom se fôssemos poupados de tudo isso, se o sonho de alguns virasse a realidade de todos, se o Presidente da República, livrando-se das limitações e dos preconceitos daqueles que o orbitam por ideologia ou interesse, aceitasse o papel de Estadista e passasse a governar para o bem comum!

Mas o Brasil é um grande País e tem um povo maravilhoso que saberá encontrar o seu destino, apesar dos óbices que uns poucos, por ignorância, incapacidade ou má fé, ainda lhe tentam impor ■

#### NOTAS DO AUTOR:

1 - *La Loi, c'est moi (A Lei sou eu) e L'Etat, c'est à moi (O Estado é meu), alusões a L'Etat, c'est moi! (O Estado sou eu!) – frase atribuída a Luís XIV, o Rei Sol, de França.*

2 - *De Economia e Política para Crianças – Artigo publicado na Revista Aeronáutica nº 242, nov./dez. 2003.*

*Somos muito reconhecidos aos leitores que pediram a republicação deste artigo (divulgado na Revista Aeronáutica nº 244, de abril de 2004), particularmente ao Coronel-Aviador Manoel Timóteo da Costa, cujas palavras muito nos sensibilizaram.*

# O ANJO DA GUARDA

Jonas Alves Corrêa

Cel Av

reizinho7557@yahoo.com.br

**L**ÚCIO CALOMBO, aspirante aviador de 1959, baixo, moreno, tinha a cabeça grande que parecia um ovo de páscoa. Daí o seu apelido.

Tinha personalidade forte do tipo que não levava desaforo para casa. Alguns o chamavam de Lúcio Agonia porque vivia irritado.

Em 1962, servia no Destacamento de Base Aérea de Campo Grande, unidade com poucos pilotos e muito voo. Voar naquela área não era fácil. Na época quase não existia proteção ao voo e viajar naquela imensidão, com grande parte do território tomado pelo pantanal, requeria experiência e bastante atenção.

Se alguém estivesse voando para determinado destino e se não o encontrasse no tempo previsto, o mais seguro era fazer 180º e retornar a origem.

Um dia Lúcio foi escalado numa missão para o interior e dela não regressou no tempo previsto. Foi, então, acionada a Busca e Salvamento e foi designado o Tenente Castelo para procurá-lo na rota prevista. Este se acidentou na missão, vindo a falecer.

O Lúcio acreditava em espiritismo e o acidente com o Castelo, tentando salvá-lo, o marcou.

Tempos depois, ele foi escalado para fazer a missão a Três Passos – RS. A aeronave era um B-25, bombardeiro da segunda guerra, adaptado. Essa aeronave exigia a presença de dois pilotos. Ele era pouco experiente e o comando da aeronave coube a um Capitão.

Pernoitaram em Três Passos e no dia seguinte participaram de um grande churrasco. O Capitão se excedeu na comida e ficou sem condições de voar.

Nesse interim surgiu uma Missão de Misericórdia que era transportar um enfermo em estado grave.

O Lúcio não conversou. Colocou o Sargento mecânico como copiloto, e quase no pôr do sol decolou com destino a Porto Alegre, deixando o Capitão curtindo as delícias do churrasco.

Naquela época, principalmente na região onde estava voando, a proteção ao voo era precária e isto se agravava em condições noturnas em que não havia quase orientação. Em consequência, terminou se perdendo. Não conseguia sintonizar nenhuma estação, mesmo as de broadcasting, para se achar. Daí entrou em desespero achando que ia terminar ganhando um “terno de peroba”.

Em dado momento, olhou para a cadeira do copiloto e em vez de ver o Sargento, viu o Castelo que lhe apontava um proa que deveria seguir. Ele não conversou e a partir daí, seguiu religiosamente a nova proa. Daí o Castelo sumiu.

Pouco depois, o Lúcio conseguiu se orientar pelas estações de *broadcasting* até sintonizar NDB de Campo Grande.

Chegou, pousou e no final da pista os motores pararam. Estava sem combustível, mas, com a vida salva.

Em consequência, o Capitão e ele foram punidos por terem praticado indisciplina de voo.

Toda vez que alguém lhe pedia para contar essa história, ele chorava de emoção ■



# A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL — 2013 E A DEFESA AÉREA DO BRASIL

O Estado brasileiro está ranqueado como a sexta economia do mundo, graças aos avanços praticados nas políticas econômicas, de indústria e comércio e nas diversas ações voltadas ao agronegócio. A intenção de se tornar um país protagonista e influenciar nas questões internacionais estão no pacote estratégico das relações exteriores do Estado.

Nem de perto a conjuntura nacional se assemelha daquela ocorrida no final dos anos de 1990. Há problemas com a política cambial, com o controle da inflação, com a dívida pública e com relevantes aspectos da governança nos executivos municipais, estaduais e federal.

Disso tudo resulta uma grande preocupação em manter e proteger as riquezas desta “Terra Brasilis”, como: a biodiversidade, a água doce, o espaço petrolífero real e potencial e os minérios necessários ao desenvolvimento de qualquer país que queira se inserir no bloco das nações desenvolvidas.

Manter operante as forças de vigilância, proteção e inteligência nacionais é dever do Estado brasileiro. Há mais de 8.500 km<sup>2</sup> de área física para administrar, fronteira em torno de 17.600 km com nove países da América do Sul para policiar mais uma fronteira marítima de 7.367 quilômetros para resguardar reservas ecológicas, biota e riquezas minerais do subsolo oceânico (Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e Extensão da Plataforma Continental), as quais devem ser geridas de forma eficiente, eficaz e soberanamente pelo Poder Público, para inibir cobiças estrangeiras e ações de grupos organizados transnacionais.

Para fazer frente a essas dimensões e riquezas, as instituições responsáveis pela Segurança e Defesa Nacional possuem sistemas telemáticos como o SIPAM, SISFRON, SIGAAZ, SISDABRA e outros, profissionais administrativos e combatentes, equipamentos e instalações para serem mantidos, revitalizados e adquiridos continuamente.

Quando se relega a um segundo plano a Segurança e Defesa Nacional, abre-se uma janela de riscos equivalentes ao tamanho da ineficiência e do descaso com essas questões. Riquezas facilmente expostas e sabidamente frágeis em sua proteção estimulam os embusteiros de plantão. Desde o início da História do Brasil que as ameaças são constantes e fáticas, assim como os produtos nacionais financiaram grandes empreendimentos internacionais de forma sub-reptícia e, muitas vezes, de forma ostensiva.

A Defesa Nacional sofreu dois grandes ajustes orçamentários este ano. O primeiro contingenciou R\$ 3,67 bilhões dos R\$ 18,71 bilhões iniciais. Agora, no mais recente corte-contingenciamento, retirou **R\$ 919** milhões do orçamento total do Ministério da Defesa. Restam apenas R\$ 14 bilhões para fazer funcionar a Marinha do Brasil, o Exército e a Força Aérea Brasileira.

No tocante à Força Aérea, dos R\$ 5,6 bilhões iniciais dispostos no orçamento do Comando da Aeronáutica, considerando os dois ajustes mencionados, restarão apenas prováveis R\$ 3,6 bilhões para operar uma instituição com atribuições vitais no sentido de realizar a Defesa Aérea do

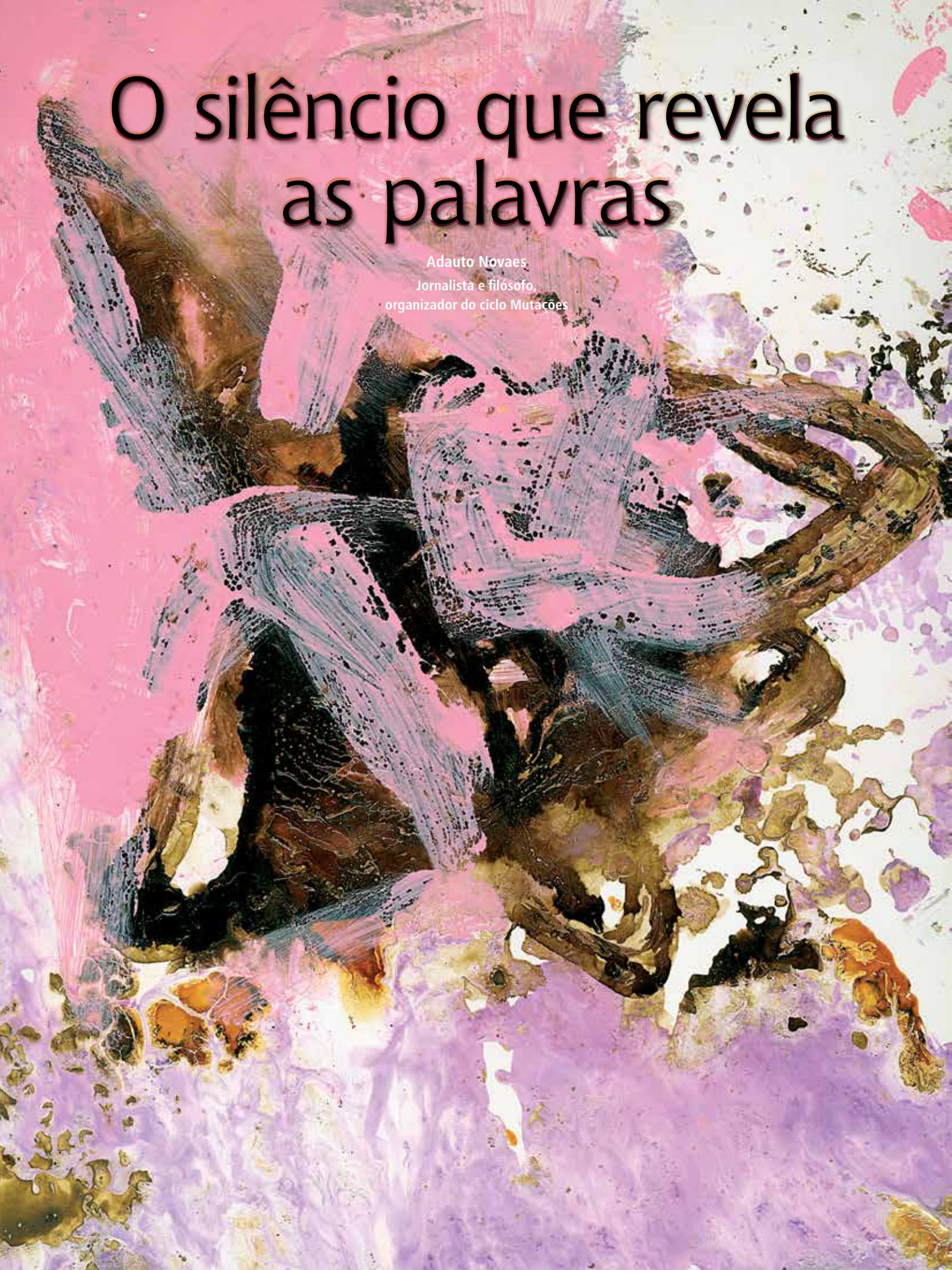
País, funcionar vetores e os sistemas de vigilância da Amazônia e do Espaço Aéreo nacional, bem como continuar formando e educando continuamente seus militares, um contingente de aproximadamente 70 mil pessoas.

Além de tudo isso, é importante evidenciar que a aviação específica voltada à Defesa Aérea brasileira perderá parte da sua capacidade operacional em dezembro de 2013, uma vez que os caças Mirage F2000 terão vida útil encerrada no final deste ano. Assim, caso não sejam adquiridas novas aeronaves para satisfazer essa missão, o Brasil estará fragilizado nesse tipo de defesa. Para conter essa fragilização, poderá mitigar os efeitos colocando caças F5 na Base Aérea de Anápolis, mas isso será mais uma medida paliativa.

Finalizando, um grande país, com imensas riquezas a proteger e repleto de problemas com as suas fronteiras marítima e territorial, não deve inviabilizar as diversas atribuições e missões das Forças Armadas por meio de reduções orçamentárias. Os recursos, na sua integralidade, já não contemplam as despesas de custeio e investimento necessárias para manter operando máquinas, equipamentos e sistemas para efetuar a Defesa Nacional a contento. Reduzir esses números significa diminuir eficácia e essa redução poderá motivar grupos organizados a pilharem o País e incrementarem os ilícitos originados nas fronteiras nacionais. A sexta economia do mundo demanda DEFESA COMPATÍVEL, caso contrário, as ameaças tangíveis poderão se insinuar e causar estragos indesejáveis. Pensa Brasil!!! ■



1:20

An abstract painting featuring a complex interplay of colors and textures. The background is a mix of light pink and lavender. Overlaid on this are bold, expressive brushstrokes in shades of brown, black, and a muted blue-grey. The strokes vary in thickness and direction, creating a sense of movement and depth. Some areas show more saturated colors, while others are more washed out or blended into the background. The overall effect is one of dynamic energy and emotional intensity.

# O silêncio que revela as palavras

Adauto Novaes

Jornalista e filósofo

organizador do ciclo Mutações

O ciclo de conferências “O silêncio e a prosa do mundo” nos propõe dois enigmas que, de certa maneira, fazem parte das combinações mais inquietantes da história do espírito: o silêncio e a prosa. Entendemos que “prosa do mundo” expressão inventada por Hegel no século XIX, não guarda o mesmo sentido: em tempos de mutações, ela se tornou confusa, desnorteante, hiperativa, em síntese, um excesso. Hoje, as vozes se multiplicam, cresce o fluxo de informações e, como observa um dos conferencistas do ciclo, pode-se dizer que não há informação sem que haja informação em excesso, criando com este excesso um paradoxo notado por Deleuze: “o que faz a informação todo-poderosa é sua própria nulidade, sua ineficácia radical”.

Dados recentes parecem dar razão aos críticos do excesso da fala: pesquisadores afirmam que, só nos Estados Unidos, houve um aumento de sete trilhões de palavras faladas, a partir das invenções tecnológicas. Eis a questão: o que tanto se fala? Estamos entrando, de maneira incontornável, na civilização técnica de falastrões dos *facebooks*, *twitters* (escritos na cadência da fala), celulares, conversas *online*? É certo que a linguagem técnica domina a fala e põe em lados opostos os números, o vocabulário das ciências exatas contra a percepção e a experiência do mundo. No atualíssimo livro “Linguagem e silêncio”, George Steiner nos diz: “O alfabeto da ciência econômica moderna não é mais a palavra, mas sim a tabela, o gráfico, o número [...]. Grande parte da sociologia atual é iletrada ou, para ser mais preciso, antiletrada [...]. Quando tem de permanecer verbal, toma emprestado o que pode do vocabulário das ciências exatas [...]. Graças à matemática, as estrelas saem da mitologia para figurar na tabela do astrônomo”.

A conclusão de Steiner não é menos pessimista: para ele, a fala hoje pode encobrir, com expressões inteligíveis, falsidades homicidas e regimes totalitários. E, também, carregar “o grande fardo de vulgaridade, imprecisão e ganância em uma democracia de consumo de massa”.



*Paul Valéry, poeta e ensaísta francês, para quem “não há silêncio no universo”, é uma das inspirações do seminário*

Mas, experiências recentes nos alertam para o outro lado da história: nascem novas formas de organização popular – que se utilizam das invenções técnicas – para dizer que os velhos partidos políticos, os sindicatos e mesmo a imprensa não são mais os únicos mediadores entre o cidadão e a política. De resto, como escreve o filósofo Elie During em seu ensaio para o ciclo de conferências, diante dessa nova realidade digital as estratégias criadas pelo silêncio são múltiplas, indo do esvaziamento à saturação e conseguindo, às vezes, interromper “o rumor ensurdecido do ‘chat’ universal, a conversação contínua e seus retransmissores digitais: o silêncio pode interromper, perfurar ou pontuar um fluxo de fala ou de informação, pode apagar ou subtrair alguma coisa, ou, inversamente, proceder por adição e acúmulo até a saturação, numa grande equivalência ruído-silêncio”.

A oposição silêncio e prosa está estabelecida em nós e tendemos a adotá-las como antítese sem maiores reflexões. Esta simplicidade de pensamento não seria ela mesma de origem prosaica? Lemos em Alain que, se refletirmos um pouco sobre as raízes das palavras, suas ressonâncias, metáforas, as doutrinas que elas constroem, descobriremos que nenhum homem sabe inteiramente o que diz. Entretanto, conclui Alain, “os homens falam e juram sobre o que dizem; escrevem, e se prendem ao que escrevem. Que dizer, então, dos discursos precipitados senão que eles não cessam de recobrir um pensamento em estado nascente?”.

A passagem do prosaico, no qual o homem fala sem saber o que fala, à prosa do mundo é descrita de maneira original pelo poeta e ensaísta Paul Valéry: “Cada palavra,

cada uma das palavras que nos permitem atravessar tão rapidamente o espaço de um pensamento e de seguir o impulso de uma ideia que constrói sua própria expressão, parece-me com uma dessas pranchas leves que se põe sobre um abismo e que suportam a passagem de um homem em movimento. Mas que ele passe sem pesar, sem parar – e principalmente que não se divirta a dançar sobre fina prancha para testar sua resistência!... A ponte frágil logo se rompe, e tudo vai para as profundezas. Consulte sua experiência e verá que só compreendemos os outros e que só compreendemos a nós mesmos graças à velocidade de nossa passagem pelas palavras. Jamais se deve pesar sobre elas, sob pena de ver o mais claro discurso decompor-se em enigmas, em ilusões mais ou menos sábias”.

A partir do que diz Valéry, concluímos que o trabalho de obras de arte e de obras de pensamento exige lentidão e, neste sentido, o silêncio jamais se opõe à fala. É condição da fala. Mais: ele não é coisa abstrata nem é parte do domínio do absoluto. Pode-se dizer que o silêncio é o véu que encobre as palavras e, ao trabalhar para que elas venham à expressão, ele revela o próprio sentido. Assim, não existe apenas um, mas vários silêncios que serão discutidos no ciclo: há silêncios relacionados a uma teoria dos temperamentos e das paixões, os humores, caprichos, o deboche, o desprezo, silêncio estúpido, a aprovação, mas há ainda silêncio da política. Ainda assim, recorreremos mais uma vez a Valéry para dizer, de maneira paradoxal: “Não há silêncio no universo [...]. Um concerto de vozes eternas é inseparável dos movimentos dos corpos celestes [...]. Como as esferas obedecem a uma lei, os sons que elas engendram compõem-se com este acorde suave e levemente variável dos céus com os céus. A inteligência, a justiça, o amor e as outras perfeições que reinam na parte sublime do universo, fazem-se sensíveis; e este encantamento que você prova não é senão o efeito de uma divina e rigorosa analogia”. Libertemos, pois, as estrelas das tabelas dos astrônomos. Este é trabalho do silêncio e da prosa do mundo ■

# Brigadeiro José Sampaio de Macedo

## O “SERTANEJO DA

Nasceu no Cariri, mais precisamente no Crato, um dos nomes mais importantes da Aviação Militar Brasileira, o Brigadeiro-do-Ar José Sampaio de Macedo. Ele foi um dos fundadores do Correio Aéreo Nacional (CAN), fundador e primeiro comandante da Base Aérea de Fortaleza e um dos maiores aviadores que já cruzaram os céus desse país. E é a história desse apaixonado pela aventura de voar que dá continuidade a série de reportagens “Grandes Nomes do Cariri”, uma homenagem do Jornal do Cariri aos homens que fizeram ou influíram na vida dessa região histórica e que é, culturalmente, a mais rica do estado.

*Brigadeiro Macedo dedicou toda sua vida a realizar sonhos de um Brasil grande.*



### DESBRAVADOR

Um bandeirante moderno, rasgando estradas no céu. Assim foi o Brigadeiro José Sampaio de Macedo, um homem que viveu a frente do seu tempo, que idealizou, com o Correio Aéreo Nacional, um futuro melhor para comunidades de regiões mais afastadas e/ou mais pobres, como o Norte e o Nordeste. Um homem que, mesmo vivendo a maior parte do tempo entre as nuvens, nunca deixou seu coração ficar muito longe da sua terra.

Nem da sua gente.

No seu livro “Homens de Fibra Pilotos Audazes”, o escritor Carlos G. S. Porto faz referência ao traslado de 30 aviões norte-

-americanos, realizado pela Aeronáutica brasileira nos anos de 1940 e 1941, usando a rota do Pacífico. Um percurso tão inédito quanto difícil. Segundo esse relato, a primeira esquadrilha a fazer a viagem tinha no comando o então Major José Sampaio de Macedo. Eram 12 caças Curtiss P-36A Hawk, dois Douglas B-18 Bolo e seis NA B-25B Mitchell, usados para formar uma unidade provisória para o treinamento do pessoal da FAB, durante a Segunda Guerra Mundial.

A rota, com saída de Los Angeles, percorria oito países e, pela dificuldade do roteiro, é possível, também, conhecer um pouco do temperamento e do caráter do Brigadeiro José Sampaio de Macedo,

homem sisudo, arrojado, decidido e que adorava desafios. Algumas das atitudes, por vezes duras, desse cratense nascido no dia 17 de outubro de 1906, ajudaram a escrever um capítulo a parte na história da Aviação Militar Brasileira. Um capítulo pontilhado de fatos pitorescos e lições de pioneirismo.

### VISIONÁRIO

Lutou para modernizar a Aeronáutica brasileira. Primeiro, mapeou, identificou e inaugurou campos de pouso em todo o Nordeste. Segundo os historiadores e de acordo com o livro “A História da Aviação no Ceará”, de Augusto Oliveira e Ivonildo

# AERONÁUTICA”

Lavôr, em 1933, ele realizou um dos seus voos mais importantes, ligando o Rio de Janeiro a Fortaleza. A linha, inaugurada no dia 15 de fevereiro, tinha escalas em Belo Horizonte, Pirapora, Januária, Bom Jesus da Lapa, Barra, Xique-Xique, Remanso, Juazeiro da Bahia, Petrolina, Juazeiro do Norte, Iguatu e Quixadá.

Teria sido nessa viagem, também, que ele e o seu companheiro de voo, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, que viria a ser proclamado “Patrono do Correio Aéreo Nacional”, teriam conhecido Padre Cícero Romão Batista.

Era assim que eram criados os novos roteiros que viriam a dar ao CAN a capilaridade que ele tem hoje. Voos corajosos que foram mapeando novas linhas: Mato Grosso, Minas Gerais... até chegar, em 1935, à região amazônica.

Mas, o trabalho do CAN só viria a se expandir realmente na Região Norte do Brasil, em 1958, quando passou a operar com os aviões-anfíbios Catalina, aumentando a sua capacidade de atendimento e possibilitando à instituição prestar os mais relevantes serviços às regiões mais distantes e de difícil acesso do país. (Veja coordenada sobre o CAN).

Mas, se no caso do Correio Aéreo Nacional o Brigadeiro José Sampaio de Macedo foi um dos colaboradores, em pelo menos dois episódios ligados diretamente ao Ceará ele teve papel decisivo: a fundação da Base Aérea de Fortaleza e a oposição ao projeto norte-americano *Mucuripe Field* que propunha a implantação de um aeroporto em plena Aldeota, já, então, um dos bairros mais populosos da capital.

## BAFZ

No episódio da Base Aérea de Fortaleza ele foi, também, o primeiro comandante dessa unidade reconhecida, até hoje, como

o berço da formação em aviação e transporte no país. A história da Base Aérea de Fortaleza, segundo o site do Ministério da Aeronáutica, data de 15 de maio de 1933 quando foi criado o 6º Regimento de Aviação da antiga Aviação Militar do Exército. As atividades do 6º RAv tiveram início em 21 de setembro de 1936, com a ativação do Núcleo da Base Aérea, recebendo três biplanos.

O Núcleo passou a constituir, em 1939, o 6º Corpo de Base Aérea, inicialmente criado para ser um ponto de apoio operacional à Segunda Guerra Mundial. Temendo uma possível invasão vinda dos países do Eixo, a partir de Dakar no norte da África e, também, devido aos sucessivos ataques de submarinos alemães e italianos contra os navios da Marinha Mercante nacional, o governo brasileiro cedeu o uso de bases no Nordeste aos Estados Unidos. Em contrapartida, as forças brasileiras foram reequipadas com o que havia de mais moderno.

Assim, o 6º Regimento de Aviação do Exército foi ampliando suas funções até o dia 22 de maio de 1941, quando foi criada a Base Aérea de Fortaleza (BAFZ), sob o controle do recém-criado Ministério da Aeronáutica. Coube ao Brigadeiro José

Sampaio de Macedo – um dos defensores da sua fundação, por considerar a unidade estratégica para o país – o privilégio de comandá-la. Essa atuação decisiva seria reconhecida em 1976, no aniversário de 43 anos de criação do 6º Regimento de Aviação, oportunidade em que ele recebeu, simbolicamente, do Coronel Aviador José Ruy Alvares, o comando da Base Aérea de Fortaleza.

## MUCURIFE FIELD

Em nenhum outro episódio, o temperamento combativo e decidido do Brigadeiro José Sampaio de Macedo foi tão importante quanto no caso do projeto *Mucuripe Field*. Segundo livros e registros da época, inclusive o de autoria dos jornalistas cearenses Stênio Azevedo e Geraldo Lima chamado “Algo de Minha Vida e da Cidade Onde Nasci”, o projeto previa a construção de duas pistas, cada uma com aproximadamente dez mil pés de extensão em forma de “V”. O vértice seria na Avenida Desembargador Moreira, onde hoje está o Círculo Militar, com prolongamento até a Praia de Iracema. A outra se prolongaria até a Igreja do Cristo Rei.

Há algumas versões para a oposição do



Brigadeiro ao projeto. Uma delas seria o fato de que a residência dele ficava na Avenida Santos Dumont, perto do Colégio Militar e muito próxima do local (pretendido pelos americanos para a construção das pistas). Outra versão, mais politicamente correta, reforça a tese de que ele teria percebido o absurdo do projeto e de como ele inviabilizaria o futuro crescimento da cidade. Fato é que, apesar da região ter sido topograficamente levantada e de algumas construções terem sido erguidas – como os alojamentos e o restaurante, construídos no lugar onde hoje funciona o Círculo Militar –, o certo é que, em 1943, chegou dos Estados Unidos a ordem para que a obra fosse suspensa. Uma nova área foi, então, escolhida.

Valeu aí, mais uma vez, a interferência do Brigadeiro que indicou o antigo bairro do Cocorote, como lugar ideal para a sua construção. E foi lá, efetivamente, onde foi construída a segunda Base Americana em Fortaleza, no local onde viria ser implantado o atual Aeroporto Pinto Martins.

Apesar de rígido, o Brigadeiro José Sampaio de Macedo tinha, segundo artigo do historiador Rômulo Xavier Barbosa

publicado no Diário de Natal, umas tiradas dignas de registro nos anais da Força Aérea e que são lembradas pelo piloto e desembargador aposentado Antonio Gazzaneo Cabral.

Segundo Gazzaneo, várias vezes, Macedo envolveu-se em brigas. Num desses episódios, ele teria tentado mostrar aos presos da Base que não valia a pena ser insubordinado. Perguntou, então, na porta da cadeia: “Estão gostando do hotel?”. Um soldado reagiu, lá de dentro: “O senhor só diz isto porque está aí, do lado de fora!”. Rápido, ele mandou o sargento da guarda abrir o xadrez e os dois se engalinharam. Segundo Gazzaneo, ele não sabe dizer qual dos dois apanhou mais. Separados os dois, o sargento perguntou ao Brigadeiro:

“Chefe, qual é a punição para o insubordinado?” Macedo teria respondido com tranquilidade: “Dê a ele oito dias de licença, pois este foi o primeiro macho que encontrei nesta Base”.

Afastado da vida militar, aposentado com o posto de Major-Brigadeiro, José Sampaio de Macedo decidiu investir na sua segunda paixão: a agricultura. Tornou-se

fazendeiro, dono de plantação de cana e desenvolveu até um alambique que chegou a produzir a aguardente “Brigadeiro”. Reverenciado, recebeu a Medalha da Abolição do Governo do Estado, e homenagens da Assembleia Legislativa, da Câmara Municipal de Fortaleza, do Aero Clube do Ceará, da Empresa Cearense de Turismo e da Associação dos ex-alunos do Colégio Militar de Fortaleza.

José Sampaio de Macedo morreu no dia 14 de fevereiro de 1992, em Fortaleza, de complicações cardíacas e respiratórias. E a sua última viagem foi mais uma homenagem: seu corpo foi levado ao Crato, de avião, pilotado pelo então comandante da Base Aérea de Fortaleza, Coronel Aviador Cláudio Queiroz, onde foi sepultado, num jazigo particular, no Sítio Fernando.

Durante toda a sua vida, o Brigadeiro José Sampaio de Macedo ensinou várias lições. Lições de dedicação de bravura, de superação. Mas, talvez, a maior lição que ele tenha deixado seja a do amor pela sua terra e pela sua gente ■

*Projeto Grandes Nomes do Cariri,  
do Jornal do Cariri.*



*Esquadrão Rumba  
sobrevoa o porto do  
Mucuripe em Fortaleza*



## Base Aérea de Brasília

**A** Base Aérea de Brasília completa em 2013 seu “Jubileu de Ouro”, destacando-se, nestes 50 anos de história, por uma epopeia que teve início em 27 de novembro de 1957, com a criação do Destacamento de Base Aérea de Brasília.

Em consonância com a decisão histórica de transferir a capital federal para o Planalto Central, consequência de um intrépido e visionário projeto de interiorização iniciado pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, a pasta da aeronáutica passou a apoiar cada fase da construção de Brasília com milhares de missões logísticas que, com o passar do tempo, demandaram uma infraestrutura mais consolidada, a fim de propiciar um suporte logístico mais eficaz.

Dessa forma, foram criadas em 4 de dezembro de 1963 a Sexta Zona Aérea e a Base Aérea de Brasília. Localizada no centro deste grande “país continente”, passou a dar suporte, também, às missões aéreas que chegavam das mais variadas e longínquas regiões do Brasil.

Nesse contexto, em decorrência de um processo natural, a Base Aérea de Brasília começou a exercer atividades de caráter político. Por meio dos vetores do Grupo de Transporte Especial e, mais tarde, aliado aos do 6º Esquadrão de Transporte Aéreo, o Estado Brasileiro ficou capaz de se

fazer presente nos quatro cantos do país, por meio da ágil e abrangente difusão das ações, decisões e diretrizes governamentais, proporcionadas por uma sinergia entre homem e a máquina.

Um pouco mais experiente, a BABR consolida-se no papel de ser o portal de entrada de distintas autoridades internacionais que desembarcam em visitas oficiais ao país. Nesta Organização Militar chegam e partem Reis, Rainhas, Papas,



Chefes de Estado, Chefes de Governo e Dignitários que, fruto do trabalho abnegado de seus integrantes, traduzem esforço em sentimento de hospitalidade, característica marcante do povo brasileiro.

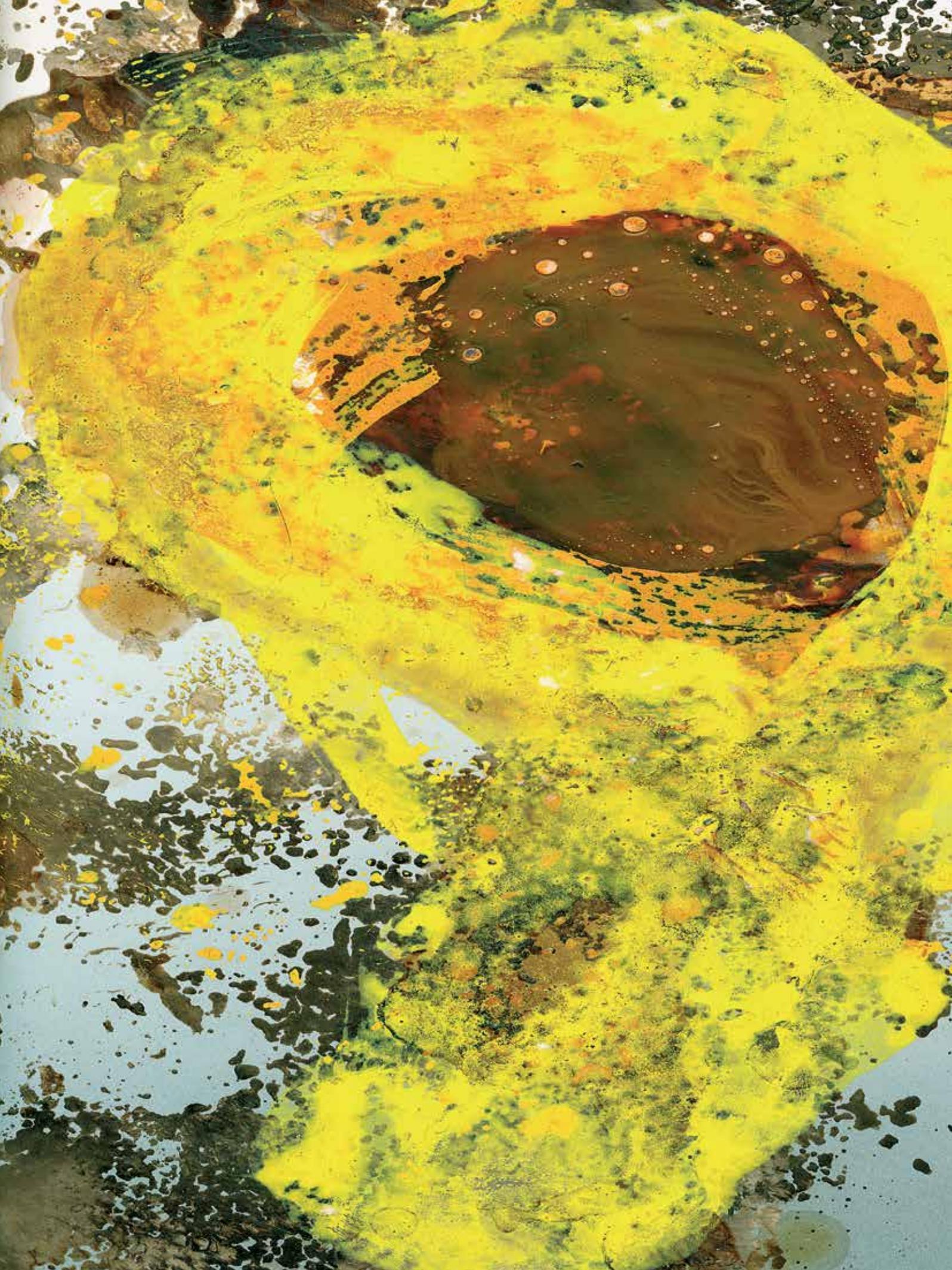
Nos dias atuais, além de suas cotidianas missões, agregou atividades merecedoras de reconhecimento: as missões de misericórdia, nas quais as Unidades Aéreas Sediadas transportam doentes, feridos, órgãos, medicamentos e recursos médicos, por meio de suas rápidas, eficientes e modernas UTIs Aéreas.

Com o pensamento na sociedade civil e voltado para o futuro, esta Organização engajou-se em projetos de grande vulto, o “Soldado Cidadão” e o “Forças no Esporte”. O primeiro, busca a profissionalização e capacitação do soldado com vistas ao ingresso no competitivo mercado de trabalho, quando do término do tempo de serviço nas fileiras da Força Aérea Brasileira. O segundo, em parceria com o Ministério dos Esportes, busca dar oportunidade aos jovens de desenvolverem habilidades, com o propósito de, quando descobertas, transformar aquele menino em um atleta de alto desempenho.

Vislumbrando os desafios que se avizinham, como a Copa do Mundo e Olimpíadas, a BABR, acostumada a cerimoniais dessa monta, fará materializar o profissionalismo e a organização dos homens e mulheres da Força Aérea Brasileira.

Que Deus fortaleça em nossos corações a chama do entusiasmo, traço marcante dos “Cavaleiros do Século do Aço”, de modo a prosseguirmos resolutos na desafiadora empreitada de construir uma Força Aérea coesa, capaz, para enfrentar as assimetrias do presente, e exuberante em seus valores, características imprescindíveis às instituições que se dedicam à edificação de um Brasil mais justo, forte e soberano ■

**Parabéns Base Aérea de Brasília!**





Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini

sergio.p.bambini@gmail.com

# UM “FOUL” ACEITÁVEL

O ano de 1969 marcou a concretização da intenção da Força Aérea Brasileira mudar seu curso tradicional. Era necessário mudar.

O longo período em que o principal esforço era voltado para as operações de transporte aéreo, com as muitas missões que, em seu conjunto, constituem o Correio Aéreo Nacional (CAN), precisava ceder lugar ao emprego armado de nossos meios aéreos.

As ações contra a nação e contra o governo intensificavam-se.

Não havia mais tranquilidade nas Organizações Militares. Nas capitais, os atentados aumentavam de intensidade e de ousadia. Não mais era seguro andar fardado nas ruas das cidades. As equipes de serviço, nos quartéis, intensificavam a vigilância. Nas Bases Aéreas, por suas extensas áreas e perímetros quilométricos, a segurança era precária. As vilas militares, aparentemente tranquilas e seguras, constituíam-se em alvos fáceis de ações terroristas.

Como Oficial de Dia e, posteriormente, como Superior de Dia, na Base Aérea de Cumbica, minha constante preocupação não era um atentado a bomba ou um ataque às instalações, e sim o envenenamento da água potável cujo efeito seria devastador, um desastre, física e moralmente.

Dentro da nova preocupação, de nossa Força Aérea, voltando-se para as

ações armadas, a Base Aérea de São Paulo (BASP), em Cumbica, município de Guarulhos, São Paulo, passou por duas significativas transformações.

O 1º/10º Grupo de Aviação – Esquadrão Poker, Unidade Aérea onde eu servia, há quatro anos, perdeu, por aposentadoria, as aeronaves RB-25J que a equipavam há tantos anos. O esquadrão teve a sua missão mudada de Reconhecimento Foto-Meteorológico e Reboque de Alvos para Bombardeio e Ataque. Recebemos oito aeronaves, de uma dotação de nove, B-26B/C Invader modernizados, em Tucson, Arizona, EUA.

No início do ano, pilotos e mecânicos, de voo e de terra, passamos dois meses na Base Aérea de Natal (BANT), fazendo os cursos da nova aeronave no 5º GAv. Foi a chamada “Operação Bandeirantes”.

No início de abril, voltamos para Cumbica com as primeiras aeronaves e todos os tripulantes operacionais no elegante, valente, leve e arisco B-26.

Com a modernização, o avião voltara a ter a sua plena capacidade operacional original. Por exemplo, fazíamos bombardeio picado em ângulo de 45º e, na recuperação, atingíamos 7,5 g. Fazíamos isso de dia ou à noite. Suas seis metralhadoras .50, apontando para a frente, precisas devido ao moderno visor MK-14, impunham muito, mas muito mesmo, respeito. Isso sem considerar a imensa capacidade de carregar foguetes e bombas sob as asas.

O compartimento de bombas – “*bomb bay*” – admitia transportar toneladas de bombas sem implicar na diminuição de sua performance.

Um senhor avião!

A BASP, também, recebeu o Comando da Primeira Força Aerotática – FAT 1 com seu Comandante, Brig Hippólyto, o mais respeitado guerreiro de nossa Força naquela época, e seu Estado-Maior, composto, em sua maioria, por Majores ex-instrutores da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAOAR), também sediada na BASP.

Pois bem, no início do mês de dezembro, a FAT 1 programou uma demonstração aérea para os Oficiais Gerais da Aeronáutica. A apresentação foi realizada no dia 12 de dezembro de 1969.

Foram empregadas quatro aeronaves L-19E, da 3ª Esquadrilha de Ligação e Observação – 3ª ELO, sediada em Canoas no hangar ao lado do Quartel General do Quinta Zona Aérea; quatro NA T-6, da 5ª Esquadrilha de Reconhecimento e Ataque – ERA 5, sediada na Base Aérea de Canoas (BACO); quatro NA T-6 da ERA 42, sediada na Base Aérea de Campo Grande (BACG); quatro NA T-6, da ERA 41, a Esquadrilha Vampiro, sediada na BASP; quatro TF-33, do 1º/14º GAv, Esquadrão Pampa, sediado na BACO e quatro B-26B/C do 1º/10º GAv.

Os alvos foram construídos na forma de pequenas edificações de madeira no espaço localizado à esquerda da pista 09, a mesma utilizada até hoje no Aeroporto Internacional de Guarulhos, e à direita da pista 01, de grama, há muitos anos desativada.

O alvo destinado aos B-26, que atacaria, apenas, com suas metralhadoras, era uma casa de madeira pintada com cal.

O dia amanheceu bonito.

Após o *briefing*, ministrado pelo Operações - A-3, da FAT 1, que enfatizou os pontos ressaltados na reunião da véspera, houve o apronto das Unidades Aéreas envolvidas.

O *briefing* da esquadrilha Poker foi ministrado pelo líder, Maj Lontra, que enfatizou tudo que era necessário. No encer-

ramento dessa reunião, o Comandante do Esquadrão, Ten Cel. Baeta, que assumira o Comando há poucos dias, tomou a palavra e disse que confiava no Esquadrão. Disse, ainda, que possuía um bastão de comando, que recebera em Natal, mas que somente o usaria se nós destruíssemos o alvo a nós destinado. Isso aumentou, muito, a responsabilidade da esquadrilha.

O palanque das autoridades ficava em frente ao estacionamento do 1º/10º GAv. Hoje, um dos terminais do Aeroporto.

Contrariando a doutrina, demos partida nas aeronaves armadas de frente para o palanque já repleto de Brigadeiros e Coronéis. O Brig Hippólyto, a bordo de seu jipe, andava por entre as esquadrilhas, dando apoio moral às suas Unidades Aéreas.

A decolagem de todos os participantes ocorreu na hora marcada. Todas as aeronaves decolaram. Eu pilotava o B-26B 5152. Meu copiloto era o Ten Ribas, também, recém-chegado de Natal. Era o número quatro da Esquadrilha.

Compunham a esquadrilha Poker, se a memória não me trai: Maj Lontra com Cap Longuinho; Cap Rodriguez com Ten Linhares; Maj Cardador com Cap Spina e eu com o Ten Ribas.

Ficamos circulando, no ponto de espera, e vendo a demonstração.

Os L-19 passaram e marcaram os alvos com sinalizadores.

Os TF-33, em esquadrilha e em passagem única, atacaram com bombas “*napalm*”. O fogo e a fumaça tomaram conta da área e envolveram os alvos.

Os NA T-6 das três ERA atacaram a área dos alvos, na verdade, a fumaça, com bombas, foguetes e metralhadoras – uma por avião.

Chegou a nossa vez.

A esquadrilha disposta em Ataque nº 1, cada aeronave atacando, isoladamente, em duas passagens.

Os compressores das metralhadoras já haviam possibilitados que essas fossem armadas. Dispersamos e, um a um, fizemos o primeiro passe. Não víamos o nosso alvo. Atiramos na fumaça.

Quando recuperava do primeiro passe, vi, entre fogo e fumaça, nosso alvo inteirinho. Pelo radio, alertei a esquadrilha.

Como era o número quatro, acompanhei os ataques do número 1 e, depois, do número 2 e do número 3. Da posição em que eu estava, no circuito de tiro, ainda via o alvo inteiro. Intocado.

Conscientizei-me do problema. Meus colegas continuavam atirando na fumaça. Não conseguiam visualizar o alvo.

Fiquei tenso. Tremi e decidi mudar. Diminuí o raio da curva e mantive o alvo à vista. Mudei o ângulo de ataque e permaneci vendo o alvo. Ignorei a distância de tiro. Fiz “*foul*”. Entrei mais baixo, com mais velocidade e não respeitei a linha de tiro. Porém, continuei vendo o alvo.

Atirei com as seis metralhadoras. Uma rajada longa e certa. As tábuas da casinha voavam. Passei por elas e recuperei no meio da fumaça.

Reunimos. Tráfego, pilofe e pouso.

Taxiamos e vimos nossas autoridades deixando o palanque, conversando e gesticulando com movimentos típicos de incontido entusiasmo.

Cortamos os motores e deixamos as aeronaves.

Nosso comandante nos esperava, vibrando e abraçando cada tripulante.

Recebi um abraço especial e a confissão de seu nervosismo, porque, do palanque, dava para ver o alvo não destruído e dava para compreender que, do alto, não podíamos avistá-lo devido à fumaça.

Vencemos!

Em janeiro de 1970, fizemos outra demonstração, nos mesmos moldes. Essa, para os jovens Aspirantes-a-Oficial há dias saído da Academia.

Foi meu último voo de B-26 e, nesse dia, voei como 2P do líder da esquadrilha e nosso Comandante, o Ten Cel Av Ailton Siano Baeta.

Nos dias que se seguiram, ultimei as providências para desligar-me do Esquadrão, pois devia seguir para o Centro de Formação de Pilotos Militares (CFPM), em Natal, para onde fora transferido ■

# CRONOLOGIA AERONÁUTICA

Pesquisa de Fernando Hippólito  
da Costa  
Cel Av

## BRASILEIRA

Nona Parte

**20/out/1901** – No dia seguinte ao da conquista do Prêmio *Deutsch*, Santos-Dumont foi à Torre Eiffel, onde não tinha estado desde 1892. Acompanhado pelo Sr. Milon, responsável por aquele monumento, subiu ao topo e visualizou emocionado, mas com contentamento, o vitorioso trajeto que havia realizado na véspera.

No mesmo dia, Santos-Dumont recebeu um telegrama do Presidente da República: “Com as minhas calorosas felicitações recebi os aplausos de nossos compatriotas, pelo extraordinário triunfo que tanto nos glorifica quanto honra nossa pátria. Ass.: Campos Sales”.

**21/out/1901** – Noticiando o feito de Santos-Dumont, em 19 de outubro, quando conquistou o Prêmio *Deutsch de La Meurthe*, o *Journal de La Marne*, publicou: “É necessário dizer que, os numerosos curiosos que se achavam comprimidos, seja nas vizinhanças de Coteaux, nas barcas do Sena, na passarela de Saint-Cloud e, em número maior ainda, no Trocadero e em volta da Torre Eiffel, fizeram uma calorosa ovação ao jovem aeronauta; essa ovação atingiu as raias do delírio no momento da aterragem”.

**22/out/1901** – *Le Memorial de la Loire*, de St. Etienne, referiu-se a Santos-Dumont como “o herói do qual se pode afirmar que não roubou sua boa fortuna, pois que a conquistou à custa de pesquisas, de trabalho, de perseverança e de coragem. O sangue frio, prodígios de que deu provas, ao longo de acidentes terríveis, sua temeridade, seu bom-humor, lhe valeram todas as simpatias”.

**23/out/1901** – *Le Journal de Saint-Quentin* publicou que “este jovem (Santos-Dumont) é um grande pioneiro, um desenvolvedor de ideias. O mundo inteiro o segue com interesse apaixonado”. Nessa mesma data, para comemorar a vitória do Prêmio *Deutsch*, o Barão e Baronesa de São Joaquim ofereceram um banquete em

homenagem a Santos-Dumont, o qual foi presidido pela Princesa Isabel, a Condessa d’Eu, tomando parte 12 pessoas. Em seguida, houve uma recepção à qual compareceu a colônia brasileira que residia em Paris.

No livro de autógrafos da Baronesa de São Joaquim, Santos-Dumont escreveu o seu lema, como uma marca de pioneirismo dos seus feitos: “Por ares nunca dantes navegados” (conforme noticiou *Le Figaro*).

**24/out/1901** – Referindo-se a Santos-Dumont, *Le Journal de Colmar* acentuou que “o jovem brasileiro foi o primeiro a resolver o problema dos balões dirigíveis. O intrépido aeronauta, apesar dos contratempos nas primeiras tentativas, apesar dos graves acidentes que puseram a sua vida em risco, não teve trégua nem repouso enquanto não conseguiu o êxito que o levou ao Prêmio *Deutsch*”.

O periódico *Christian Week*, de Nova Iorque, chegou a profetizar: “O VOO DE SANTOS-DUMONT SIGNIFICA VIAGEM AÉREA E GUERRA AÉREA”.

Foi aprovado na Câmara de Deputados

Balão dirigível  
“Nº 6”



do Brasil o projeto apresentado em 17 de julho de 1901, que concedia um prêmio de 100 contos de réis (cerca de 125.000 francos) a Santos-Dumont como recompensa pelos resultados de suas experiências na conquista do ar. Esse projeto foi apresentado pelo norte-rio-grandense Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, que viria a se tornar um mártir na conquista do espaço. Além dessa importância, o Governo Brasileiro ofertou ao vencedor da prova uma artística medalha de ouro, comemorativa do grande feito. O anverso representa a pessoa de Santos-Dumont, conduzida pela “Vitória” e coroada de louros pela “Fama”. Por cima de um sol nascente está gravada a seguinte frase: “POR CÉUS NUNCA DANTES NAVEGADOS!”.

O reverso traz esta inscrição: “O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales, fez gravar e cunhar esta medalha em honra de Alberto Santos-Dumont. 19 de outubro de 1901”.

**25/out/1901** – O jornal *The New York Herald* (edição francesa), entre outras considerações, enfatizou que “Santos-Dumont é o grande nome da semana e do ano, um nome que o telégrafo já levou para os quatro cantos do universo”.

**28/out/1901** – A popularidade de Santos-Dumont atingiu o auge, depois de sua vitória do Prêmio *Deutsch*. Assim, o *The New York Herald*, de Paris, noticiou que os balões de brinquedo, vendidos pelas grandes lojas da capital parisiense, mudaram o formato de esféricos para modelos alongados, contendo ainda o nome Santos-Dumont escrito em cores brilhantes. Mais de 20 mil dirigíveis de brinquedo foram manufaturados no final de 1901 e vendidos em todas as grandes cidades da Europa.

Na edição de 17 de novembro, do mesmo ano, esse periódico também informou que o pão doce mais procurado pelas crianças francesas tinha o formato do

dirigível de Santos-Dumont; elas chegavam aos quiosques e pediam: “UN SANTOS, SILVOUS PLAIT!”.

**29/out/1901** – *Le Figaro*, de Paris, noticiou que Santos-Dumont fez entrega ao Sr. Lepine, Chefe de Polícia, da quantia de 25.000 francos a ele encaminhada por *Deutsch de La Meurthe* para ser distribuída pelos pobres de Paris; esta quantia tinha sido oferecida a Santos-Dumont por *Deutsch de La Meurthe*, logo depois de 19 de outubro de 1901, como prêmio de consolação, em face da recusa oficial da Comissão Técnica do Aeroclube da França em reconhecer a vitória de Santos-Dumont o qual, logo no ato da oferta, recusou-se a aceitar a referida importância por se considerar vencedor da prova e com direito, portanto, ao prêmio de 100.000 francos.

Obs.: A quantia real entregue ao Sr. Lépine foi de 75.000 francos para ser doada aos 3.950 pobres de Paris (registrados) em donativos de menos de 20 francos. Aos 25.000 francos iniciais, foram acrescentados outros 50.000 francos, entregues à referida autoridade em 8 de novembro do mesmo ano.

**31/out/1901** – Data do encerramento do prazo de competição para o Prêmio *Deutsch*, do qual Santos-Dumont foi o vencedor.

Às 18h desse dia, um tiro de canhão disparado da Torre Eiffel anunciou o final da prova que havia sido prorrogada até aquela data. Não surgiram outros candidatos à competição.

**1º/nov/1901** – Foi programada uma sessão solene no Instituto de Ciências (onde se congregavam os sábios da França), presidida por Santos-Dumont, ocasião em que Emmanuel Aimé, secretário do Aeroclube da França, pronunciou uma conferência sobre *A navegação aérea no século XX*, detendo-se nas experiências do aeronauta brasileiro.

**4/nov/1901** – A Comissão Científica do Aeroclube da França, reunida na Sociedade da Aclimação, a Rua de Lille, sob a presidência do Príncipe Roland Bonaparte, decidiu outorgar o Prêmio *Deutsch* a Santos-Dumont tendo em vista o resultado da votação então realizada: 13 votos a favor do brasileiro, 9 contra e 3 em branco.

Na mesma data, desgostoso com as discussões que se desenrolaram com vistas à validade do seu famoso voo no “Nº 6”, o brasileiro remeteu uma carta com a sua demissão do quadro social, escrevendo, de forma lacônica: “Sr. Presidente do Aeroclube, eu tenho a honra de participar minha demissão irrevogável de membro do Aeroclube. Aceite, Sr. Presidente, a expressão de minha distinta consideração. Ass.: Santos-Dumont”. Há divergência quanto à data: o historiador Lavenère-Wanderley indica 5 de novembro, enquanto *Le Petit Parisien*; em sua edição de 6 de novembro de 1901, confirma o pedido de demissão do aeronauta brasileiro em carta datada de 4 de novembro.

**5/nov/1901** – O Sr *Deutsch de La Meurthe*, patrono da competição, encaminhou ao presidente do Aeroclube da França o cheque de 100.000 francos correspondente ao prêmio alcançado por Santos-Dumont, a fim de ser a ele entregue.

Obs.: Como já havia divulgado, em entrevista à imprensa francesa, Santos-Dumont distribuiu o prêmio de 129.000 francos em duas parcelas: uma de 54.000 francos, dedicada aos seus eficientes auxiliares e operários franceses, muitos com ferramentas empenhadas por dificuldades financeiras; outra, de 75.000 francos, entregou ao Sr. Lépine, então Chefe de Polícia de Paris, para que os doasse aos 3.950 pobres cadastrados daquela cidade, em donativos de menos de 20 francos.

O prêmio inicial de 100.000 francos foi acrescido, posteriormente, de 25.000 francos e ainda os juros de 4.000 francos, correspondentes ao ano de 1900, no qual não houve vencedor da prova, atingindo, portanto, o valor total de 129.000 francos.

Para compensar os gastos que tivera, Santos-Dumont aceitou o prêmio de 100 contos de réis (o equivalente a 125.000 francos), votado pela Câmara de Deputados do Brasil, a seu favor.

**9/nov/1901** – O Conselho Municipal de Saint-Cloud, em sessão especial, aprovou a indicação do nome de Santos-Dumont para uma rua, construída perto do campo de aerostação do Aeroclube. Assim noticiou o jornal *Le Siècle*, de Paris.

Foi oferecido um grande jantar a

Santos-Dumont pelos seus admiradores em Paris. Na ocasião, ele ganhou uma aquarela feita pelo Sr. Balaceano, que “é uma alusão tocante à generosidade do jovem aeronauta; a aquarela representa o balão dirigível “Nº 6” planando acima da multidão parisiense e Santos-Dumont esvaziando sobre ela sacos de lastro de onde saem as notas de mil francos do Prêmio *Deutsch*”.

A respeito dessa reunião social, o *Daily Telegraph* informou: “Se Santos-Dumont ainda não sabia, ele levantou da mesa do banquete que lhe foi oferecido com a certeza de que era um dos homens mais populares do mundo. Príncipes, engenheiros, desportistas, homens de ciência, todos se reuniram sem outro pensamento que não fosse a admiração e a amizade pelo mais valoroso e mais modesto de todos os pioneiros da navegação aérea”. E ainda: “Santos-Dumont brindou à França e ao Brasil e todos se levantaram para tomar café numa outra sala, no meio de gritos entusiásticos de VIVE SANTOS!”.

Na mesma data, *La Nature*, destacada revista do mundo científico e editada em Paris, reconheceu que “o triunfo de 19 de outubro estabelece uma data memorável na história da aeronáutica”.

**11/nov/1901** – Foi oferecido um banquete a Santos-Dumont no Palace Hotel, ao qual compareceram 120 convidados. À hora da saudação, o Príncipe Roland Bonaparte, com um discurso vibrante e muito aplaudido, brindou à saúde do vencedor do Prêmio *Deutsch*. Discursaram, também, Henri *Deutsch* e Pierre Giffard. Santos-Dumont, visivelmente emocionado, agradeceu a toda àquela manifestação de carinho e amizade. Uma orquestra, a “Banda Napolitana” tocou durante o jantar, executando, com destaque, a valsa “Dirigível Santos-Dumont”, composta, especialmente para a ocasião, por George Humphrey, além de outra valsa, “Santos”, de autoria de *Deutsch de La Meurthe*. A mesa principal foi ornamentada com um balão dirigível formado por crisântemos brancos, ofertados pela Princesa Isabel (Condessa d’Eu).

**15/nov/1901** – Foi sancionada a lei, pelo Presidente da República do Brasil (Manoel Ferraz de Campos Sales), concedendo a Santos-Dumont um prêmio no valor de

100 contos de réis. O Presidente remeteu ao aeronauta o seguinte telegrama: "Tenho satisfação comunicar-vos que nesta data memorável para nossa Pátria sancionei a lei votada pelo Congresso Federal concedendo-vos um prêmio de cem contos de réis como justo aplauso ao brilhante triunfo alcançado em vossas experiências de 19 de outubro. Ass.: Campos Sales".

A resposta de Santos-Dumont, também por telegrama, foi a seguinte: "Na minha volta a Paris, encontrei a mensagem de V. Exa. que me tocou profundamente. Agradeço a V. Exa. me ter conferido este prêmio que me encorajará para trabalhar com todas as minhas forças peia glória do Brasil. Ass.: Santos-Dumont".

O brasileiro havia viajado para Mônaco no dia 12, do mesmo mês. Nessa cidade, em Montecarlo (um bairro do Principado), no chamado *Boulevard de La Condamine*, próximo à esquina da Rua Antoinette, foi iniciada a construção de um hangar destinado a abrigar o "Nº 6", pois o aeronauta pretendia efetuar experiências durante o inverno.

Esse segundo hangar, cujos fundos chegavam até à Rua Louis, tinha 55 metros de comprimento, 15 metros de altura e 10 metros de largura. Ele foi construído em madeira e tela, montado sobre rígido arcabouço de ferro. As portas mediam 10 metros de altura por 5 de largura e pesavam, cada uma, 4.400 kg. Deslizavam, por meio de rodas, sobre trilhos assentados no chão e nos varões de ferro que as sustentavam.

Apesar do tamanho e do peso dessas portas, elas foram muito bem instaladas, seguindo os operários as instruções detalhadas dadas por Santos-Dumont. Por ocasião da inauguração do hangar, os Príncipes Ruspoli, netos do Duque de Dino (hospedeiro de Santos-Dumont em Montecarlo), com apenas oito e dez anos de idade, movimentaram as portas com extrema facilidade, tal a perfeição e a distribuição do equilíbrio com que foram montadas as mencionadas portas.

**18/nov/1901** – O pioneiro Augusto Severo e sua esposa Natália realizaram um voo em balão, comandado por Henri Lachambre, sob os céus de Paris.

**19/nov/1901** – Foi oferecida outra

recepção a Santos-Dumont, ocasião em que uma comissão de brasileiros, representando a colônia de brasileiros residentes em Paris, ofereceu ao vencedor do Prêmio *Deutsch* um garboso bronze, de autoria de Injalbert, representando a "Fama". Essa doação, que deixou o aeronauta bastante sensibilizado, pode ser visto à entrada do Museu Ibirapuera, na Capital de São Paulo.

Obs.: Há controvérsia: o *Le Matin* de Paris, em sua edição de 20 de novembro, refere-se como a "Glória".

**22/nov/1901** – Santos-Dumont chegou a Londres, onde permaneceu até o dia 28. Durante sua estadia na capital londrina, permaneceu alojado no Carlton Hotel.

**23/nov/1901** – Em entrevista ao *The Daily News*, de Londres, Santos-Dumont declarou: "Sim, tive muitos acidentes, acidentes úteis. Todos eles me ensinaram alguma coisa. Só me machuquei uma vez; foi com um balão-livre, em Nice, em 29 de março de 1900. A pele do meu rosto foi arrancada, mas não ficou nenhuma cicatriz. Fui arrastado ao longo do solo. Logo que o balão partiu, começou um furacão; fui arrastado até que o balão estourou de encontro a uma árvore".

**25/nov/1901** – Foi oferecido um banquete a Santos-Dumont, no Hotel Metrópole, pelo Aero clube do Reino Unido.

Nesse banquete inaugural do Aero clube, o aeronauta brasileiro foi saudado pelo Embaixador do Brasil, Joaquim Nabuco, e por outros oradores.

Na mesma ocasião, Santos-Dumont foi agraciado com o título de primeiro Membro Honorário do AEROCLUBE do Reino Unido.

**28/nov/1901** – Santos-Dumont deixou Londres, retornando a Paris.

**12/dez/1901** – Desabou uma tempestade, precedida de ventos fortes, sobre a cidade do Rio de Janeiro causando o desmoronamento do hangar erigido à Rua Paraná, nº 17, em São Cristóvão, onde estava sendo construído o balão dirigível "Santa Cruz", de José do Patrocínio. Na ocasião, faleceram dois operários, tendo escapado outros cinco, que estiveram soterrados e foram salvos pelos bombeiros. Melindrado com toda aquela cena, Patrocínio sofreu um desmaio. O hangar ficara pronto após 33 dias de trabalho e, na véspera do tem-

poral, recebera a última cobertura de zinco.

**13/dez/1901** – A companheira do pioneiro Augusto Severo, Natália, em carta de Paris remetida à sobrinha do inventor, queixou-se do noticiário brasileiro: "Temos tido muito desgosto com a imprensa do Brasil, quando a da Europa, em mais de 400 artigos, só tem elogiado os trabalhos e planos de Augusto".

**21/dez/1901** – O informativo "*Dry Goods Economist*", de Nova Iorque, noticiou que "a última novidade de Paris, em matéria de véus para chapéus de senhoras, era conhecido como – véu de Santos-Dumont – adornado com pequenas aplicações de veludo que tinham a forma do balão dirigível de Santos-Dumont".

Ainda em 1901 – Foi atribuído a Platão de Albuquerque, um projeto de um tipo de balão com hélices propulsivas (na popa), hélices de manobra (em cima e em baixo), e fuselagem semirrígida, denominado "Dirigível Brasil". Não chegou a ter aplicação prática.

Foi publicado, em Paris, um trabalho intitulado "A Conquista do Ar pelo aeronauta brasileiro Santos-Dumont", opúsculo com 32 páginas, editado pela tipografia "Illaud & Cia".

Contendo 12 fotografias e um croqui, a mencionada publicação apresenta dados biográficos resumidos do aeronauta brasileiro e a descrição dos seus balões até o "Nº 6" ■



*Deutsch de La Meurthe*

# Direito Universal à Anamnese: UTOPIA?

Antonio Augusto Masson

Cel Méd

Assistente do HAAF / Professor de  
Propedêutica da Faculdade de Medicina  
Estácio de Sá – Campus Arcos da Lapa - RJ  
antaugmasson@gmail.com

“A parte mais importante  
de uma arte é ser capaz de  
observar adequadamente”.

*René Laennec*

Médico francês inventor do estetoscópio  
(1781-1826)



A prática da Medicina baseia-se em conceitos sutilmente equilibrados e interdependentes: Arte e Técnica. Foi norteada pelo grego Hipócrates – Pai da Medicina – há cerca de 2.400 anos. Os princípios ainda parecem bastante atuais: jamais prejudicar o enfermo, não iludi-lo com a possibilidade de um milagre e lutar contra a causa da doença. O profissional contemporâneo deve possuir postura ética, sólida base científica e sincera vocação para o trato com o padecimento humano.

A anamnese é o primeiro passo que exige treinamento e habilidade. Definida como uma entrevista sobre a doença atual e as várias condições socioculturais envolvidas. Colabora na formulação de um diagnóstico certo. Quando acrescida dos dados do Exame Físico, este percentual atinge 73%. Em casos de torácica encaminha para até 90% do diagnóstico causal, segundo trabalhos da BMJ (Revista Britânica de Medicina). Os exames laboratoriais e de imagem são importantes para definição final – ou fechamento do diagnóstico na linguagem da prática hospitalar –, mas, acrescentam pouco aos demais.

Alvan Feinstein (1926-2001), conceituado professor de Medicina da Universidade de Yale, se referia à anamnese como o procedimento mais sofisticado em medicina, uma técnica de investigação extraordinária, já que, em pouquíssimas outras formas de pesquisa, o objeto de estudo fala.

O ano de 2013, certamente, vai ficar marcado pelas manifestações populares que irromperam nas ruas em junho clamando por melhores condições de vida. As demandas foram claras e incluíram diversas inquietações, porém, deram ênfase à precariedade do transporte público urbano – o verdadeiro estopim pelo passe livre –, à inclusão da ética na política e à melhora na qualidade do atendimento praticado no sistema de saúde brasileiro.

Diante disso, cabe a todos nós uma reflexão sobre o atendimento médico primário, capaz de resolver ou bem encaminhar a maioria dos casos que ocorre aos hospitais e postos de atendimento no território nacional.

## A situação atual

A mídia, no seu papel democrático, tem demonstrado com denúncias esse verdadeiro descaso representado pelas imagens degradantes de pessoas abandonadas à própria sorte em macas nas emergências pelo país afora. Na realidade, o fenômeno de pacientes não “ouvidos” e mal examinados durante a avaliação inicial, vem ocorrendo de forma crescente.

Tal aspecto, apesar de não ser obviamente o único, prejudica sobremaneira a eficiência do atendimento na saúde.

Eventualmente, o aparato burocrático-administrativo da saúde conspira para reduzir o tempo do médico para dedicar-se ao paciente. Isto pode ocorrer tanto nas instâncias públicas quanto privadas.

Alguns culpam o modelo importado há uma década, o “*managed care*” (cuidado gerenciado), que usa critérios muito mais econômicos e “frios” para a real necessidade humana de cada caso, reduzindo os custos com saúde sim, porém com desvantagem de minimizar a assistência médica prestada. De profissional de saúde, o médico passa a administrador, segundo o Dr. Arnaldo Pineschi, da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Resulta, então, em nefasto quadro em que moléstias, normalmente controladas com uma abordagem terapêutica precoce, tendem a progredir perigosamente para condições graves e, até fatais, uma vez que complicações não são reconhecidas e combatidas em tempo hábil com as medidas recomendadas nos protocolos médicos.

## O nosso direito

É raro encontrar alguém que não tenha passado por um atendimento rápido e frustrante que não permitiu um relato completo dos seus sintomas, tendo deixado o consultório com uma prescrição que, provavelmente, não foi seguida pela sua falta de confiança no profissional. Outra situação que se tornou comum é o questionário que o paciente é orientado a responder sobre seu histórico clínico antes de submeter-se a algum exame de imagem como tomografia e ressonância nuclear magnética. Após o preenchimento do mesmo, entrega a um técnico, e o exame de imagem é realizado

sem contato direto com nenhum médico, fato ocorrido recentemente comigo. Você, caro leitor, possivelmente esteja agora se recordando de alguma situação semelhante...

Devemos estar cientes e vigilantes para o fato de que, em qualquer atendimento médico, especialmente no primeiro contato, o profissional deverá realizar a anamnese completa (salvo em situações de urgência). A realização sequencial do exame clínico, com zelo, privacidade e abrangência, constitui elemento fundamental no reforço da relação médico-paciente, peça considerada facilitadora da adesão e do sucesso terapêutico.

Do contrário, a precisão diagnóstica e etapas dependentes como o tratamento poderão ser comprometidas, com prejuízo maior sempre para o enfermo, causados por exames complementares invasivos, desconfortáveis ou até mesmo pouco indicados. Ademais, devemos considerar ainda a redução da qualidade de vida em decorrência da provável cronificação ou agravamento do processo de adoecimento.

Espero, sinceramente, que essas breves reflexões e “argumentos” sirvam para despertar a consciência dos usuários e familiares para a exigência como “consumidores de um serviço nobre” de contarem, nas consultas e avaliações, histórias médicas detalhadas, um verdadeiro exercício de cidadania.

Todos na sociedade, mormente o corpo docente das faculdades que formam médicos, devem, a meu ver, estar atentos também para o direito inalienável ao Exame Clínico, ferramenta complementar à anamnese na busca do diagnóstico correto, base para adoção das medidas de suporte necessário em momentos de fragilidade e sofrimento.

É recomendável, ainda, que o ensino da Propedêutica, disciplina básica que contempla a semiótica da avaliação clínica geral seja ministrada com mesmo peso e esmero dos conceitos da moderna tecnologia em saúde, fundamental para o progresso científico.

Quem sabe assim cada brasileiro poderá fazer sua parte e contribuir efetivamente para um melhor cenário, no qual qualidade e humanização coexistam na realidade da Medicina praticada no país ■

# A HISTÓRIA

Marco Mattos

Cel Av

mattos.marco@gmail.com

## O falecimento de um nobre brasileiro – Alberto Santos-Dumont

O Brasil vivia dias turbulentos do ano de 1932, São Paulo rebelara-se contra o Governo ditatorial de Getúlio Vargas, as forças paulistas possuíam aeronaves que serviram tanto para a observação como para ataque às tropas federais.



*WACO CPF- 5 que combateu pelas tropas paulistas*

Um dos maiores gênios do planeta, o inquieto Santos-Dumont, padecia de um mal avassalador. O seu estado de saúde, bastante precário, era potencializado por depressão profunda. O fato é que, em julho de 1932, o ruído de aeronaves armadas troava nos céus da cidade balneária de Santos, SP.



O corpo sem vida foi encontrado pela camareira Francilla Mucci, às 11 horas do dia 23 de julho<sup>1</sup>, no apartamento 152 do Grande Hotel Guarujá.

O atestado de óbito, por “colapso cardíaco”, foi assinado pelo Dr. Roberto Catunda. As declarações em cartório foram prestadas por Ângelo Emolari, conforme o



# DO CORAÇÃO DE SANTOS-DUMONT

A certidão com a causa mortis – colapso cardíaco.



Registro nº 319 livro 3G, fls 15 – tabelião Abílio Franco.

O verdadeiro motivo da morte foi omitido devido à figura do herói nacional, admirada e cultuada pelos brasileiros. Considerava-se que seria chocante a divulgação do suicídio do herói da aviação!

## O coração

O Sr. Arnaldo Villares<sup>2</sup> contratou os serviços do Dr. Walther Harberfeld<sup>3</sup>, proprietário de um laboratório de microbiologia e anatomia patológica na Rua Aurora 981, SP, para embalsamar o corpo. O preparo realizado no dia seguinte à chegada (24/06), no Hospital Santa Catarina, na Avenida Paulista, tendo começado às 18h30 e foi concluído às 24h.

No momento da retirada das vísceras, Harberfeld observou que o coração tinha dimensões anatômicas acima das normais. Participava do procedimento o biólogo Dissmann<sup>4</sup>, que comentou a respeito do coração de Chopin, encerrado em um monumento de uma Praça em Varsóvia, sugerindo a conservação do órgão de Alberto.

Harberfeld acreditava que a família poderia se interessar pela guarda do coração, o que não veio a ocorrer. Decidiu, então, guardá-lo em uma estante de seu gabinete, conservando-o, com mudanças frequentes do líquido apropriado, durante 12 anos!

A visita de um funcionário da Panair



Harberfeld recebeu a visita do Sr. Paulo da Rocha Gomide, amigo de longa data, no seu gabinete da Rua Aurora, que observou o vidro etiquetado com o nome de Alberto. Nessa época, Paulo trabalhava no departamento de relações-públicas da Panair e comentou a curiosa “descoberta” com Sr. Paulo Sampaio, diretor da empresa aérea. Paulo Sampaio conversou com Harberfeld e, prometendo sigilo sobre o seu nome, mandou confeccionar um bonito “escrínio”<sup>5</sup> onde foi encerrado o coração do nobre brasileiro.

## A construção do escrínio e do capitel

Trabalharam na construção do escrínio e do capitel<sup>6</sup> os técnicos Américo Monterosa e Guy Eymminet.

As palavras gravadas em um pedestal de jacarandá foram escritas pelo poeta Pedro de Oliveira Ribeiro Netto: **“Hei de subir ao céu como um gigante alado. Hei de tocar no sol, com asas de condor. E, embriagado de luz no alto céu constelado. Eu pedirei a Deus uma lição de amor”**.<sup>7</sup>

Faltavam poucas semanas para as comemorações da Semana da Asa do ano de 1944.

## Fatos pouco conhecidos sobre as exéquias

Inicialmente, o corpo embalsamado ficou exposto na Catedral de São Paulo, no Largo da Sé.

Em 27 de setembro, após dois meses do falecimento, encerrava-se o conflito revolucionário. Preparavam o traslado do corpo de Alberto, guardado até aquela data na Catedral da Sé, quando se verificou que uma goteira não percebida causou uma deterioração no embalsamento. O Dr. Harberfeld foi chamado às pressas para reparar o ocorrido, o mofo havia se espalhado sobre a medalha de Grande Oficial da Legião de Honra da França e, ainda, caíram fios do seu bigode. O corpo, levado para o laboratório da



Santos-Dumont

Rua Aurora, passou por um novo tratamento. O bigode e as feições foram retocados por um técnico em maquiagem do Teatro Municipal de São Paulo.

Conforme expressara em vida, era desejo do aviador ser enterrado na cidade do Rio de Janeiro. O seu corpo seguiu por trem, para àquela cidade, aonde chegou no dia 18 de dezembro de 1932 (domingo). Uma das razões de tão grande delonga, entre o óbito e o traslado para o Rio de Janeiro, foi o próprio conflito da revolução de 1932, que desaconselhava o transporte e aglomerações na Capital e em São Paulo.

Inicialmente, a Academia Brasileira de Letras manifestara o desejo de receber o corpo de Santos-Dumont para ser velado no salão nobre daquela entidade. Santos-Dumont havia sido eleito, no ano anterior, para ocupar a cadeira nº 38 do Patrono Tobias Barreto, em vaga deixada por Graça Aranha. Não pôde assumir em razão do seu estado de saúde. No entanto, a grande comoção popular sobre o falecimento de pessoa tão admirada aconselhava que as honras fossem prestadas em local mais amplo.

Assim, exposto na Catedral Metropolitana (Igreja Nº. Sr.ª do Carmo, Praça XV), uma extensa fila se formou, desde cedo, à Rua 1º de Março. Um grande número de

populares passou em frente ao caixão para um último adeus. Aconteceu uma expressiva visita pública, inclusive com a presença do presidente da República, Getúlio Vargas.

Santos-Dumont foi sepultado, com honras militares, na gaveta nº 3 da Cripta dos Aviadores no Cemitério São João Batista em 21 de dezembro, cinco meses após o seu falecimento.

O Diário Carioca, de 20/10/1957, publicou uma reportagem sobre o assunto, “DETALHES INÉDITOS SOBRE A MORTE DE S. DUMONT”. Nessa reportagem, consta uma interessante reflexão filosófica: **“o corpo baixou à sepultura sob chuva intensa. Chovia sempre, todas as vezes que o inventor mineiro se evidenciava a admiração e ao respeito do público. Qual Prometeu<sup>8</sup> que roubara uma centelha de fogo aos deuses, iria sofrer, tinha de pagar...”**.

### A Panair entrega a curiosa relíquia à Força Aérea Brasileira

No dia 24 de outubro de 1944, uma comissão de funcionários da empresa aérea, composta pelos Cmt. Juliano Luiz Dau, radiotelegrafista Generoso Leite de Castro e a comissária de voo Rute Martins Barbedo, em tocante cerimônia, conduziram o escrínio à sua base de jacarandá. Estiveram presentes, entre diversas autoridades, jornalistas e políticos, o Ministro da Aeronáutica Salgado Filho, o adido militar francês Cel René Michel, os Brigadeiros Armando Trompowsky, Gervásio Duncan, Ajalmar Mascarenhas e Newton Braga.

O Diretor da Panair, Paulo Sampaio, em breve locução, proferiu as emocionantes palavras aqui transcritas:

**“Senhor Ministro: é o coração do primeiro aviador que neste momento entregamos ao Brasil nesse escrínio propo-sitalmente talhado em forma do Universo. Alberto Santos-Dumont, com seu gênio, a sua coragem e a sua pertinácia, escreveu na História do Mundo, palpável e eterna, uma de suas mais belas páginas de glória. E nós que o seguimos no nobre exemplo de engrandecer o Brasil, sulcando as rotas**



Momento da entrega do escrínio pelos tripulantes da Panair.

**do patriotismo por ele traçadas, diante do grande coração de Santos-Dumont nos inclinamos na mais profunda das reverências. Possa ele, como símbolo fervoroso do nosso ideal, conduzir sempre as asas do Brasil no destino luminoso em que se projetam”**.

Ainda significativas foram as palavras do escritor paulista Raul de Polillo referindo-se a entrega da relíquia: **“Não é sem uma emoção incalculavelmente profunda, misto de veneração, de orgulho e inefável**

**alheamento das coisas terrenas, que o espírito da gente se coloca em presença da perpetuidade daquele coração”**.

Orgulhoso dos feitos de Santos-Dumont, o Brasil prestou-lhe homenagens posteriores: a ele foi conferida, em 22 de setembro de 1959, a patente honorária de Marechal-do-Ar; no septuagésimo aniversário de seu voo em torno da torre Eiffel, de 19 de outubro de 1901, Santos-Dumont foi declarado “Patrono da Força Aérea Brasileira”; em 23 de outubro de 1991, foi-lhe conferido, pelo governo brasileiro, o título de “Pai da Aviação”; em 1976, a União Astronômica Internacional batizou a cratera, próximo à alunissagem de Neil Armstrong, com o nome do inventor brasileiro, em homenagem ao Pai da Aviação.

Hoje, a significativa relíquia, exposta a visita pública, encontra-se no Museu Aeroespacial, no Campo dos Afonsos, RJ ■

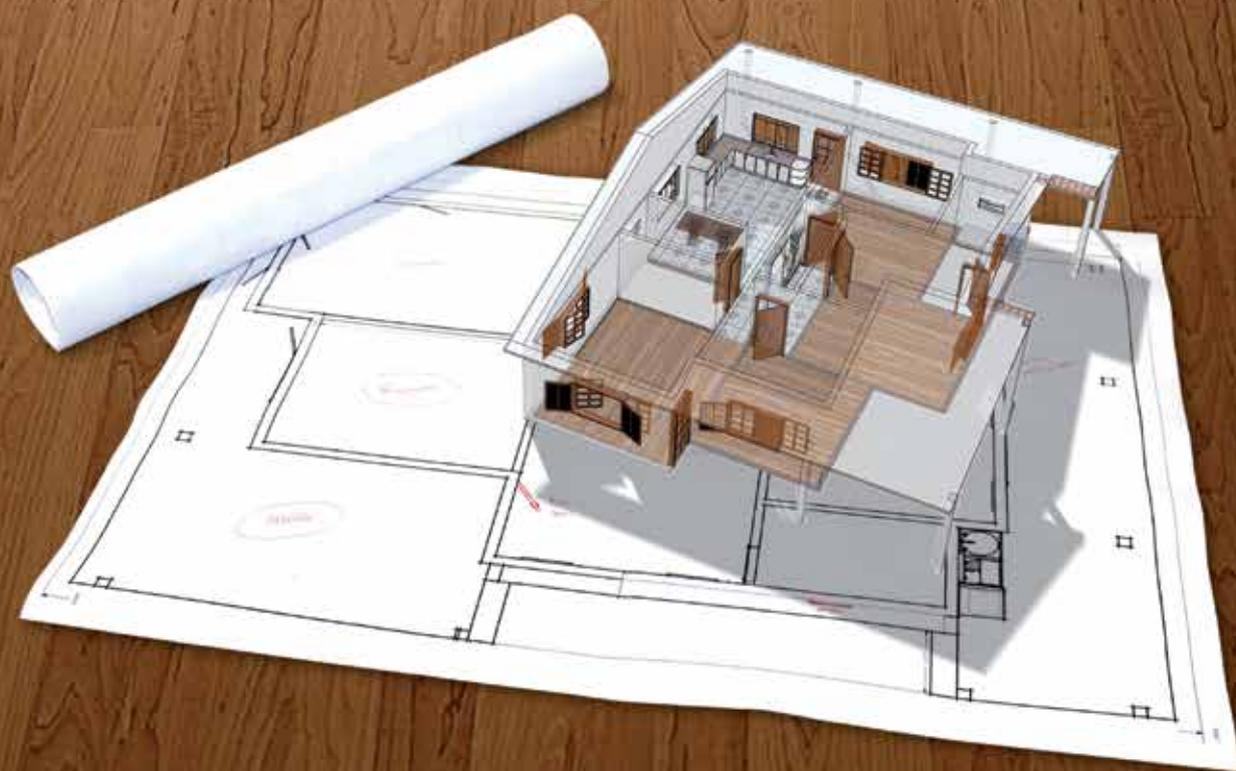


Museu Aeroespacial, Av. Marechal Fontenelle, 2000. Rio de Janeiro.

#### NOTAS

- 1 - Conforme o Decreto 21668, de 25 de julho de 1932, comunicando o óbito, o falecimento teria ocorrido no dia 22 de julho.
- 2 - Cunhado do inventor.
- 3 - Médico austríaco, professor da Faculdade de Medicina de São Paulo.
- 4 - Além do biólogo sueco Ferdinand Dissmann também participaram do embalsamento: José Pacheco, Isidoro Teixeira da Silva e Alfredo Afonso Wenisch.
- 5 - Do Latim “scriniun”, pequeno cofre-forte para guardar joias.
- 6 - Do francês “chapiteau”, parte superior de coluna, pilastra, balaústre.
- 7 - Esta informação consta na edição do Diário Carioca de 20/10/1957. No entanto, tal pedestal não faz parte do conjunto em exposição no MUSAL.
- 8 - Prometeu – um defensor da humanidade responsável por roubar o segredo do fogo de Zeus e dá-lo aos mortais. Zeus o teria punido pelo crime, deixando-o amarrado a uma rocha durante toda a eternidade enquanto uma grande águia comia o seu fígado - que crescia novamente no dia seguinte.

**Com a POUPEX é assim,  
você decide adquirir a sua casa própria e,  
quando menos espera, o sonho  
sai do papel.**



Aquisição de imóvel residencial ou comercial,  
novo ou usado, construção de imóvel residencial  
e para aquisição de terreno e de material de  
construção com as melhores condições e  
agilidade na liberação do crédito.

**Mais informações: 0800 61 3040**

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FHE NO RIO DE JANEIRO - ESCRJ

Palácio Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (POC) - Centro - 20221-260  
Rio de Janeiro-RJ - Fone (21) 2253.8395 - Fax (21) 2253.0860

[www.casapropriapoupex.com.br](http://www.casapropriapoupex.com.br)

**Financiamento Imobiliário**

**POUPEX**

